**CONSTITUIQOES**

DA CONGREGAQAO DOS MISSIONARIOS FILHOS DO IMACULADO CORAQAO DE MARIA

MISSIONARIOS CLARETIANOS

## ACOMODADAS AO NOVO CODI­ GO DE DIREITO CANONICO PELO XX CAPfTULO GERAL E APROVA­ DAS PELA SE APOSTOLICA

1990

DECRETO DE APROVAQAO DAS CONSTITUlyOES

*Esta tradw;ao do tex to das Constituir;oes foi aprovada pelo Governo*

*Geral na-sessao do dia 17 de maio de*

*1988*

*SANTIAGO GONZALEZ* G., *CMF.*

*Secretario geral*

A Congregac;:ao dos Missionarios Filhos do lmaculado Corac;:ao da Bem-aventurada Virgem Maria, fundada por Santo Ancmio Maria Claret e cuja casa generailcia esta nesta veneravel cidade, tern por fim buscar em tudo a gl6ria de Deus, a santificac;:ao de seus membros e a salva9ao das almas de todo o mundo.

Aderindo as normas do Concilio Vatlcano Se­ gundo e a outras exigencias da lgreja, atra­ ves de longo e cuidadoso trabalho, preparou o novo texto das Constituic;:oes, que apresen­ tou a Santa Se, o Supremo Moderador da Con­ gregac;:ao, obedecendo ao desejo do Capftulo Geral, e pedindo humildemente sua aprovac;:ao.

Este Dicasterio para os Religiosos e lns­ titutos Seculares, ap6s haver submetldo o refe­ rido texto ao especial exame dos Consultores, considerado o voto do Congresso, e ponderan­ do tudo com muita atenc;;ao, em virtude do pre­ sente Decreto, aprova-o ·e confirma-o, com as modificac;:oes estabelecidas pelo mesmo Con­ gresso, conforme exemplar redigido em latim e

5

conservado em seu arquivo, observando-se o que de direito.

Esperamos que os Missionarios Filhos do Cora9ao da Bem-aventurada Virgem Maria, seguindo fielmente as prescri9oes destas Constitui9oes, cumprirao com espirito cada vez mais disposto a missao a eles confiada pela lgreja e difundirao a boa-nova de Cristo no mundo inteiro, com o aux flio constante da Virgem Maria, Mae de Deus.

Dado em Roma, a 11 de fevereiro - festa de Nossa Senhora de Lourdes - do ano de 1982.

1. CARDEAL PIRONIO, Prefeito.
   1. MAYER, Secretario.

DECRETO

o Capitulo Geral dos Missionarios Filhos do lmaculado Cora9ao da Bem-aventurada Virgem Maria, realizado em 1985, acomodou inteira­ mente ao novo C6digo de Direito Canonico as Constitui9oes do lnstituto renovadas conforme a recomenda9ao do Concilio Vaticano II (PC. nn. 2,3,4) e aprovadas pela Santa Se no ano de 1982. Nesta ocasiao revisou e completou as acomoda9oes que provisoriamente levou a ca­ bo o Conselho Geral no mes de maio de 1984, em conformidade com o Decreto da Congrega- 9ao para os Religiosos e lnstitutos Seculares, com data de 2 de fevereiro de 1984 e que come-

9a "Juris Canonici Codice". 0 Superior Geral do lnstituto submeteu estas mudan9as a apro­

va9ao da Santa Se.

A Congrega9ao para os Rellgiosos e lnstitu­ tos Seculares examinou atentamente as aco­ moda9oes propostas e, com umas poucas alte­ ra9oes que constam em folha anexa, as a.pr?va e confirma, levando em conta o que, de d1re1to, se ha de observar.

6 7

Nao obstante qualquer determina9ao em contrario.

Dado em Roma, a 15 de maio de 1986.

Fr. JERONIMO CARD. HAMER, OP., Prefeito.

VICENTE FAGIOLO, Arceb. emerito de Theat.,

Secretario.

8

APRESENTAQAO

DAS CONSTITUIQOES APROVADAS A TODA A CONGREGAQAO

Temos a singular alegria de apresentar a to­ dos os Missionarios Filhos do lmaculado Cora- 9ao de Maria as Constitui9oes da nossa Con­ grega9ao, renovadas segundo as normas do

Concilio Vaticano II e agora aprovadas pela Se Apost61ica.

Alegria, antes de tudo, por ter sido dedicado consideravel espa90 de tempo a intensa refle­

xao e cuidadosa elabora9ao, na qual a Congre­ ga9ao inteira colaborou, e tambem por terem chegado a born termo, finalmente, as aspira-

9oes e prop6sitos expressos pelos ultimos Ca­ pitulos Gerais.

Porem, o motivo principal da nossa profunda alegria esta em podermos comprovar que a nossa familia religiosa vive plenamente da vida da lgreja, e a vive gra9as ao dom do Espirito ao povo de Deus. Por esta razao, e incorporada e

gora de maneira explicita reconhecida pela mesma lgreja.

Estas Constitui9oes exprimem o modo como o grupo dos chamados a Congrega9ao se inse­

re no piano da miseric6rdia e da salva9ao dada

#### 9

por nosso Senhor Jesus Cristo. Por conseguin­ te, sao a nossa lei de vida e, ao mesmo tempo, a fonte perene de renovac;:ao desta vida.

Aceitemos esta regra de vida com docilidade evangelica. Alias, ela somente tera sentido a partir do mesmo Evangelho. Para esta regra voltem-se todos OS nOSSOS esfor9os, tal como alvo a atingir e motivo de comunhao de todas as nossas aspirac;:oes. Sejam estas Constitui­ c;:oes palavra de uniao e nao de divisao, estimu­ lo para fervor da caridade e nao para defesa de egofsmos, norma para formac;:ao de ap6stolos segundo o espfrito de Santo AntOnio Maria Cla­ ret, que se unem num mesmo prop6sito de vida e de missao, para a gl6ria de Deus, santifica­ c;:ao dos coirmaos e salvac;:ao dos homens de todo o mundo.

Em virtude do Decreto da Sagrada Congre­ c;:ao para os Religiosos e lnstitutos Seculares datado em 11 de fevereiro de 1982, estas Cons­ tituic;:oes entram plenamente em vigor na Con­ gregac;:ao desde este momenta. E para mais fa­ cilmente serem conhecidas e as pormos em pratica, alem da presente edic;:ao do texto latino deve-se procurar que sejam quanto antes tradu­ zidas para as lfnguas vernaculas que se usam na Congregac;:ao.

Aos superiores pedimos encarecidamente que se e'rnpenhem de todos os modos para que

##### 10

estas Constltuic;:oes sejam conhecidas, estima­ das e levadas a pratica por parte de todos OS

Missionarios.

Com a intercessao da Santfssima Virgem Maria em ·seu Corac;:ao lmaculado, suplicamos ao Senhor que esta semente de vida se desen­ volva extraordinariamente em muitos frutos de santif icac;:ao e ac;:ao missionaria para os filhos da Congregac;:ao.

Roma, 13 de feverelro de 1982.

GUSTAVO ALONSO, C.M.F.

Superior Geral

##### 11

Esta nova edi9ao das Constitui9oes de nos­ sa Congrega9ao esta enriquecida com a adap­ ta9ao ao novo C6digo de Direito Canonico e com uma nova aprova9ao da Se Apost61ica: dois tra9os que acentuam sua fndole eclesial e

ciao maier garantia de sua transparencia evan­ gelica.

Ao mesmo tempo que dames gra9as ao Se­ nhor por ter concedido a Congrega9ao levar a

termo a renova9ao conciliar de nossa regra de vida, devemos renovar nosso compromisso de fazer deste texto uma vida no Espirito, desta palavra um vinculo de comunhao e uma exigen­ cia que recrie a missao.

Em virtude das decisoes capitulares e da aprova9ao da Se Apost61ica, estas Constitui­ Q6es, em todas e em cada uma de suas partes,

entram em vigor desde a presente publica9ao de seu texto.

**CONSTITUIQAO FUNDAMENTAL**

Roma, 7 de junho de 1986 Solenidade do Cora9ao de Maria.

GUSTAVO ALONSO, C.M.F.

*Superior Gera/*

##### 12

*I* 13

* + 1. Nossa Congregagao de Missionarios foi fundada em Vic, Espanha, aos 16 de julho de 1849, pelo Arcebispo Santo Antonio Maria Cla­ ret, e aprovada por Pio IX no dia 22 de dezembro de 1865. Chamamo-nos Filhos do lmaculado Coragao de Maria ou Missionarios Claretianos.
    2. Nossa Congregagao tern por objetivo bus­ car em tudo a gl6ria de Deus, a santificagao de seus membros e a salvagao dos homens de to­ do o mundo conforme o nosso carisma missio­ nario na lgreja.
    3. Nosso Senhor Jesus Cristo, enviado pelo Pai1 e de Maria Virgem feito homem por obra do Espirito Santo,2 foi ungido pelo mesmo Es­ pirito para evangelizar os pobres.3 Entregue plenamente aos interesses do Pai,4 pregou o Evangelho do Reino.5

1 Cf. Jo 3,16·17; 17,3.

2 Cf. Mt 1,20; Gal 4,4.

3 Cf. Le 4,18; Is 61,1-2.

4 Cf. Le 2,49

5 Cf. Mt 4,23; 9,35; Mc 1,14.

#### 15

Querendo associar os homens nesta obra de salva9ao, chamou para ]unto de Si aqueles que Lhe aprouve e escolheu Doze para estarem com E.le e os enviou a pregar.a Ap6s completar em sr m.esmo a obra da nossa reden9ao, fundou a lgreia. como sacramento universal de salva9ao e envr ou os Ap6stolos e outros para que des-· sem testemunho da ressurrei9ao.7

Alguns destes, guiados pelo Espirito Santo, come9aram a representar na lgreja aquele mes­ mo genero de vida que Jesus escolheu para Si e a dar testemunho evangelico.

1. Tambem a n6s, Filhos do lmaculado Cora- 9ao de Maria, chamados a semelhan9a dos

A 6stolos, fol-nos concedido o dom de seguir a Crrsto, em comunhao de vida, e de pregar o

Evangelho a toda criatura, indo pelo mundo in· teiro.e

Portanto, o seguimento de Cristo, tal como propoe o Evangelho, e para n6s a regra supre· ma. Em decorrencia disto, ouvimos com toda a docilidade a palavra com que o Senhor chama

OS discfpulos a perfel9ao do Pai,9 promulga o

6 Cf. Mc 3,13-14.

Cf. 1Cor 15,13-15; At 2,32; 4,2.

Cf. Mc 16,15.

9 Cf. Mt 5,48; Le 6,36.

##### 16

preceito do amor fraterno, 10 recomenda a ora- 9ao, tra9a as diretrlzes da vida apost61ica e pro­ clama partlcipantes da sua bem-aventuran9a os pobres de espirito, os que choram, os man­ sos, os que tern *tome* e sede de justi9a, os mi· sericordiosos, os puros de cora9ao, os que tra­ balham pela paz, os que sofrem persegui9ao

por *mot ivo* da justi9a e os que sao injuriados por sua causa.11

1. Para corresponder a esta voca9ao divina, fazemos nossa a forma de *vid a* de Jesus que a Virgem Maria abra9ou na fe. Desta maneira in­ tentarnos representar na lgreja a virgindade, a pobreza e a obediencia de Cristo na prega9ao do Evangelho. Pelos votos publicos, pela pro­ fissao dos conselhos evangelicos nos entrega· mos a Deus e por Ele somos consagrados, constituindo na lgreja um lnstituto verdadeira e plenamente apost61ico.
2. Devemos ser na lgreja esfor9ados auxilia· res dos Pastores no ministerio da palavra, em­ pregando todos os meios possiveis para difun­ dir o Evangelho do Reino por todo o mundo. Em virtude do pr6prio voto, professamos ao Sumo Pontifice amor e obediencia para o bem de todo

10 Cf. Jo 13,14-17; 13,34-35.

11 Cf. Mt 5,1-12; Le 6,20-23.

##### 17

o Corpo de Cristo. Em comunhao com os Bis­ pos e sob sua dire9ao procuramos trabalhar na edif ica9ao e no crescimento da lgreja.

1. Formamos a Congrega9ao sacerdotes, diaconos, irmaos e estudantes, pelo fato de ter­ mos recebido a mesma voca9ao. Todos nos congregamos numa mesma comunidade, reali­ zamos uma mesma missao e participamos dos

.mesmos direitos e deveres decorrentes da pro­ fissao religiosa, cada um de acordo com a or­ dem a que pertence e o cargo que desempenha na Congrega9ao.

Receberam tambem o dom apost61ico outras

pessoas, que estao de diferentes modos uni­ das a nossa Congrega9ao.

1. A funda9ao da Congrega9ao e atribuida a uma interven9ao de Nossa Senhora, a quern te­ mos como Padroeira sob o tftulo de· seu lmacu­ lado Cora9ao. Porque nos chamamos e somos verdadeiramente Filhos do seu Cora9ao, vene­ ramo-la com amor e conf ian9a. A Ela nos entre· gamos para sermos configurados ao misterio de Cristo e cooperarmos com Ela no seu oflcio de Mae na missao apost61ica.
2. E necessario que tenhamos sempre diante

dos olhos a defini9ao do Missionario:

*"Um Fi/ho do lmaculado Corar;ao de Maria e*

*um homem que arde em caridade e abrasa por onde passa. Deseja eficazmente e procura por*

##### 18

*todos* os *meios inflamar o mundo no fogo do di· vino amor. Nada o detem. Alegra-se* nas *priva­* r;oes. *Entrenta* os *trabalhos. Abrar;a* os *sacriff­ cios. Compraz-se* nas *calrJnias. Alegra-se* nos *tormentos e dores que sofre e gloria-se na cruz de Jesus Cristo.12 Nao pensa senao em como seguir e imitar Cristo na orar;ao, no trabalho e no sofrimento, procurando sempre e unicamen­ te* a *maior g/6ria de Deus e* a *salvar;ao* dos *ho­ mens."*

12 Cf. Gal 6,14.

##### 19

PRIMEIRA PARTE

VIDA MISSIONARIA DA CONGREGAQAO

21

Capitulo I

COMUNIDADE MISSIONARIA

1. Como Jesus Cristo e um s6 com o Pai e o Espirito Santo, assim tambem n6s, Missiona­ ries, devemos ser um s6 neles, para que o mun­ do creia em Cristo.13 lmitemos a comunhao de vida dos Ap6stolos com Cristo e a primitiva lgreja dos fieis, que tinham um s6 cora9ao e uma s6 alma.14

0 amor tanto para com Deus como para com os irmaos15 foi derramado em nossos cora- 96es pelo Espirito Santo1e e realiza a nossa co­

munhao. E o primeiro dom e sumamente neces­

sario pelo qual somos marcados como verda­ deiros disc fpulos de Cristo. Portanto, toda a nossa vida missionaria e regida e informada por esta caridade.

1. Nossa Congrega9ao compreende todas as Comunldades e todos os seus membros em virtude da comum voca9ao que assumimos. En-

13 Ct. Jo 10,30; 17,20-22.

14 Cf. At 4,32.

15 Cf. Mc 12,29-31.

16 Cf. Rom 5,5.

23

tretanto, cada um de n6s, mantendo essa pres­ teza de vontade, que corresponde a condic;:ao

universal da Congregac;:ao, une-se aos irmaos numa comunidade local, pela vida familiar e pe­ lo ministerio.

1. A vida fraterna se expressa e se realiza sobretudo na Eucaristia, que e o sinal da unida­ de e o vfnculo da caridade.17 A nossa uniao fra­ terna alimenta-se tambem na orac;:ao em co­ mum, principalmente liturgica, desenvolve-se no estilo de Vida familiar, em que todos convi­ vemos com animo sincero e aberto, e se expri­ me pela participac;:ao no governo e organizac;:ao da Comunidade.

Fortalecidos por todos esses elementos, pro­ curamos alcanc;:ar na Comunidade missionaria a plenitude pessoal para a qual fomos chama­ dos.

1. A colaborac;:ao no ministerio da palavra pertence a mesma origem da nossa vida comu­

nitaria. Participamos, porem, de diferentes ma­ neiras da missao da Comunidade, quer pela as­ sociac;:ao de varlos numa obra unica ou pelo trabalho encomendado pela Comunidade a ca­ da um em particular, quer orando e sofrendo pela lgreja. Par conseguinte, de tal modo se de-

17 Cf. 1Cor 10,16 17.

ve realizar o minlsterio conflado a cada um, que todos nos sintamos comprometidos nele e, par sua vez, todos e cada um em particular o reall­ zemos coma obra assumida pela Comunidade.

1. Esta nossa 9omunidade deve desenvol­ ver o seu dam originario para o servic;:o da lgre­ ja e do mundo de tal maneira que verdadeira­ mente venha inserir-se nas situac;:oes e neces­ sidades da lgreja particular e do mundo que nos rodeia, tanto no modo de viver coma no de exercer o ministerio.
2. Como imagens de Deus1a e membros de

um s6 corpo,rn e necessario que nos amemos

mutuamente, cumprindo o mandamento do Se­ nhor: *"Este e* O *meu preceito, que VOS ameis*

*uns* aos *outros como Eu vos amei"20.* Este amor fraterno traz consigo o exercicio de todas

as virtudes. Porque *"acaridade e paciente, a ca­ ridade e benigna. Nao e invefosa. A caridade nao e orgulhosa. Nao e ambiciosa. Nao busca*

os *seus pr6prios interesses, nao se irrita, nao suspeita mat. Nao se a/egra com a injusti9a,* mas *rejubila com a verdade. Tudo desculpa, tu-*

18 Cf. 1Cor 11,7; 15,49; Col 3,10.

19 Cf. Et 5,30.

20 Jo 15,12.

24 25

*do ere, tudo espera, tudo suporta".21* Sejamos, pois, solicitos entre n6s, carregando os fardos uns dos outros.22

1. Colaboremos constantemente todos e cada um para a edificagao da Comunidade. Usemos sempre de palavras cheias de humilda­ de e caridade. Evitemos ferir a amizade, semear disc6rdias, discutir entre n6s. Nao murmure­ mos de coisa alguma. Nunca julguemos os ir­ maos, porque o (mico juiz e o Senhor,23 nem ousemos suspeitar deles. Desculpemos a in· tengao, ainda quando nao possamos justif icar o ato. Se alguem tiver contra outrem alguma queixa, saibamos perdoar a todos com animo generoso.

17. Com OS irmaos que sao de diversa

origem, idade, cultura ou opiniao, guardemos a unldade do espfrito, no vinculo da paz.24 Na distribuigao das gragas e dos servigos, usemos da liberdade conforme o dom que recebemos de um s6 e mesmo Espirito para ultilidade de todos.25 Acolhamos com amor fraterno os ir·

m\_aos que chegam a nossa casa.26 Chegados nos mesmos a outra casa, levemos a ela a paz do Senhor.2?

1. Tratemos com amor e respeito os mais idosos e os que consumiram sua vida no servi· go de Deus e desejemos enriquecer-nos com a

sua experiencia.28 Eles, porem, cuidem sempre

de dar o testemunho de uma perene juventude de espfrito.29

Amemos de modo especial os irmaos doen­ tes como membros de Cristo sofredor, vlsitan­ do-os e assistindo-os de boa vontade.3o

1. Quando houver falecido algum Missiona­ rio, celebrem-se as exequias com piedade, carl­ dade fraterna e simplicidade. Encomendemos

*a?* Senhor, com os sufragios prescritos e prin­

c1palmente na celebragao eucarfstica os ir· maos que nos precederam no servigo d Evan­ gelho.

Tenhamos a mesma piedade para com os fa­ miliares e colaboradores falecidos da Congre­ gagao.

21 1Cor 13,4·7.

22 Cf. 1Cor 12,25; Gal 6,2.

23 Cf. 1Cor 4,4.

24 Cf. Ef 4,3.

25 Cf. 1Cor 12,7.

Cf. Mt 10,40-42; Heb 13,2.

Cf. Le 10,5.

Cf. Ecli 3,14; Prov 15,5.

Cf. 2Cor 4,16.

3o Cf. Mt 25,32.36.39.

26 27

##### Capitulo II

CASTIDADE

1. A imitac;ao de Jesus Cristo, qu com pa­ lavras e principalmente pelo testemunho de sua vida propoe a castidade por amor do Reino dos ceus,31 e a exemplo da Virgem Maria,32 tambem n6s abrac;amos essa castidade como um dom33 para nos consagrar com todo o cora­ c;ao as coisas que pertencem ao Pai.34 Real­ mente, pelo.dom dessa castidade, o Senhor Je­ sus manifesta o poder de sua gl6ria na fragili­ dade de nossa carne para despertar em todos a esperanc;a da vida futura.35
2. A castidade que professamos promove uma nova comunhao fraterna em' Cristo e edifi· ca a Comunidade que se funda nao na carne nem no sangue, mas na vontade de Deus.36 Co· mo sinal de um amor perfeito, torna-se no mun·

31 Cf. Mt 19,11-12.

32 Cf ..Le 1,34-37.

33 Cf. 1Cor 7,7.

34 Cf. 1Cor 7,32-35.

35 Cf. Mt 19,29; Le 20,35-38.

36 Cf. Jo 1,13.

### 28

do uma fonte especial de espiritual fecundida­ de37 e assim nos torna livres de modo singular para nos inflamar em amor a Deus e a todos os homens. Fortalece o nosso animo para lutar

contra os poderes do maligno no minlsterio apost61ico.3B

1. Amemos, pois, a castidade como um dom divlno, aceltemo-la com animo alegre e cultive­ mo-la diligentissimamente. Em forc;a de nossa profissao, pelo voto, n6s nos obrigamos a guar­ dar a contlnencia perfeita no cellbato.

Como a observancia dessa castidade atinge as mais profundas inclinac;oes da nossa natu­ reza e nos impoe certas renuncias,39 confie­ mos no Senhor e pec;amos o seu auxilio com orac;ao humilde.

Fomentemos a vida comunitaria. Porque a caridade fraterna resguarda e aperfeic;oa a cas­ tidade.

Sem presumir das pr6prias forc;as, evitemos os perigos por um certo instinto espiritual. Em­ preguemos para isto os meios oportunos, tais cmo o trabalho assfduo, a prudencia pastoral eH!tcuidado da saude da alma e do corpo.

37 Cf. 1Cor 4,15.

38 Cf. Ef 6,12.

39 Cf. Le 14, 26; 18,29-30.

### 29

##### Capitulo Ill

POBREZA

1. A imitagao de Jesus Cristo, professamos a pobreza evangelica. Ele, sendo rico, por n6s se fez pobre para que f6ssemos ricos.40 Quan·

do proclamava o Reino, nao tinha onde apoiar a cabega.41

Pela profissao participamos desta sua po­

breza e do exemplo da Santisslma Virgem Ma­ ria, que se distingue entre os pobres do Senhor,42 e recordamos aos homens os bens do mundo futuro, tal como os Ap6stolos, que deixaram todas as coisas e seguiram o Senhor.43

1. Colocando toda a nossa confianga no Se· nhor e de nenhum modo no poder e nas rique­ zas, procurmos acima de tudo o Reino de Deus44 que e dos pobres.45 A pobreza volunta-

40 Cf. 2Cor 8-9.

41 Cf. Le 9,58.

42 Cf. Le 1,48-55.

43 Cf. Le 5,11.

44 Cf. Mt 6,33.

45 Cf. Mt 5,3.

ria edifica a Comunidade fraterna na unidade de coragao e de espfrito. Tern a sua expressao no servigo dos pobres e na partilha com eles dos bens, tanto materiais como espirituais.

1. A nossa pobreza e apost61ica,46 de tal modo que a nossa vida e agao sejam informa­ das pelo espirito de pobreza. As formas de po·

breza correspondem verdadeiramente a nossa

vida missionaria e constituem um sinal, t.anto pessoal como comunitario, do Evangelho. Por isso a Congregagao e as nossas Comunldad!\)s se esforcem por dar um testemunho coletivo de pobreza, tendo em conta as condigoes de cada lugar. Evite-se toda especie de luxo e de lucro imoderado e toda acumulagao de bens. A mobi· lia, a alimentagao e as vestes sejam ao estilo dos pobres. Tenhamos os nossos bens sempre

a disposigao dos outros, principalmente para

as necessidades da Congregagao e do Povo de Deus.

1. Procurem nossos missionarios ser verda· deiramente pobres na realldade e no espirito. Nada retenham .nem adquiram para si contra a

profissao da pobreza e nao usem coisa alguma como pr6pria.47 Sujeitem-se a lei comum do

46 Cf. Mt 10,7-10; Mc 6,7·9.

47 Cf. At 2,44; 4,32.

30 31



trabalho,4B participando da condi9ao dos po· bres. Nern aceitern rninisterios sagrados por in· teresse econornico.49

Alegrern-se quando tiverern que experirnen·

tar alguns efeitos da pobreza, nao duvidanc:lo da providencia daquele que disse: *"Procurai primeiro o Reino de Deus e a* sua *justi<;a e to·* das estas coisas vos *serao dadas por acresci·* mo". 50

Para incentivar a pobreza religiosa, o Supe· rior legitirno pode conceder aos professos de votos perpetuos a renuncia voluntaria dos bens patrirnoniais, segundo a norrna do Direito.

27. Pelo voto de pobreza os rnernbros da Con· grega9ao renunciarn ao seu direito de dispor dos bens ternporais e de usar deles sern autori· za9ao dos Superiores.

Antes da prirneira profissao cedarn a quern

quiserern a adrnlnistra9ao de seus bens e dis· ponharn livrernente do uso e usufruto deles conforrne a norrna de nosso Direito. Antes da profissao perpetl,ia fa9arn livrernente o testa­ rnento civil dos bens presentes ou que possarn vir a ter. Sern licenga dos Superiores nao lhes e

48 Cf. 2Tes 3,7-14; 1Cor 4,12.

49 Cf. 1Cor 9,15-18; 2Cor 11,7-15; 12,13.

50 Le 12,31.

### 32

perrnltido fazer nenhurn ato de propriedade a respeito quer dos bens cujo dorninio radical conservarn, quer da aceita9ao de bens que a

qualquer tftulo Ihes possarn advir ap6s a prof is· .

sao.

### 33

Capitulo IV OBEDIENCIA

1. A imitac.;:ao de Jesus Cristo, que foi envia­ do para fazer a vontade do Pai,51 e a exemplo

de Nossa Senhora, que se entregou totalmente como serva do Senhor a pessoa e a obra de seu Filho,52 asslm n6s, pela grac.;:a do Esprito an­ to, procuramos cumprir a vontade do Pai em nossa Congregagao.

Pela profissao da obediencia oferecemos a

Deus a liberdade de dispor da nossa vida e pelo voto nos obrigamos a obedecer ao preceito do Superior legftimo naquelas coisas que ?lzm respeito diretamente ou indiretamente a v1?a do lnstituto, isto e, a realizac.;:ao da nossa m1s­ sao e a observancia dos votos e Constltuigoes. N6s nos configuramos a Jesus Cristo que por n6s se fez obediente ate a morte e morte de cruz53 e nos unimos em tudo a vontade salvffi­ ca de Deus.

51 Cf. Jo 4,34; 5,30; Heb 10,7.

52 Cf. Le 1,38.

53 Cf. Fi l 2,8.

### 34

1. Como o verdadeiro Missionario se conhe­ ce pela obediencia, todos n6s que participa­ mos da mesma vocagao procuramos conhecer e cumprir conjuntamente a vontade de Deus pa­ ra poder desempenhar a nossa missao comum na lgreja nas diferentes circunstancias de tem­ pos, lugares e pessoas. Na busca e execugao dessa vontade devemos todos prestar auxflio aos irmaos pela orac.;:ao, conselho e dialogo fra­ terno.
2. A unidade da missao das Comunidades tern a sua expressao visive! em nossos Superio­ res. Estes, portanto, procurem, antes de tudo, a vontade do Pai54 e a proponham aos demais. Os Superiores ouc.;:am de boa vontade os coir­ maos e promovam a sua cooperagao para o bem da Congregagao e da lgreja, mantendo-se, entretanto, f irme a sua autoridade em dlscernir e determinar o que se ha de fazer. Exerc.;:am a autoridade segundo a norma das Constituic.;:oes

e em espfrito de servi90, dando a vida pelos ir­ maos.55

1. Habituem-se os Missionarlos a obedecer ao Senhor por amor, de maneira pronta e perfei-

54 Cf. Jo 5,30.

55 Cf. Mt 20,28; 1Jo 3,16.

##### 35

- -- ----------------------------------...

ta, e a sujeitar-se aos homens par causa dele.56 Nao combatam, antes ap6iem as determina- 9oes dos Superiores e, se lhes parecer conve­ niente no Senhor propor alguma coisa contra elas, fa9am-no livremente, mas tendo sempre consultado antes com Deus e com animo pre­ parado para aquiescer ao que for decidido. Em­ preguem toda a sua capacidade pessoal na execu9ao do que foi prescrito e no cumprimen­

to dos cargos que lhes foram confiados.

1. Com esta dlsposi9ao de esplrito, os Mis­ sionarios estarao desimpedidos para ser envia­ dos a qualquer parte da terra e prontos para qualsquer minlsterios que lhes sejam confia­ dos pela Congrega9ao atraves dos Superiores.

Capftulo V

ORAQAO

1. N6s que recebemos a obra missionaria de Cristo, devemos tambem imita-lo na ora9ao assidua57 e ouvir suas recomenda96es e

ensinamentos5B a respelto da ora9ao incessan­ te.59

1. Portanto, e necessario que cultlvemos o esplrito de ado9ao de filhos, pelo qual clama­ mos *"Aba! Paif "Bo* Guiados pela luz da fe, pro­ curemos em todo acontecimento os sinais de

sua vontade e assim nos tornaremos cada dia mais d6ceis a nossa missao.

Ou9amos primeiro, em assfdua contempla- 9ao, as palavras do Senhor que devemos anunciar61 e ainda as partilhemos com os ir­ maos para que n6s mesmos nos convertamos ao Evangelho e nos configuremos com Cristo e

56 Cf. 1Pe 2,13.

57 Cf. Le 6,12; Mc 1,35.

58 Cf. Le 11,1·13.

59 Cf. Le 21,36.

60 Rom 8,15.

61 Cf. Le 10,39.

36 37

sejamos inflamados do seu amor que nos deve lmpelir.62 Finalmente, intercedamos perante Deus com preces e suplicas pela lgreja e pela vlda do mundo.63

35. Antes de tudo, celebremos dlariamente com· todo o fervor o misterio da Eucaristia, unindo-nos a Cristo Senhor que proclama pala­ vras de vida, se oferece pelos lrmaos, honra o Pai e constr6i a unidade da lgreja. Tenhamos grande estima pelo col6quio com Nasso Se­ nhor Jesus Cristo na visita e pelo cuIto do San­ tfssimo Sacramento. Recitemos fielmente cada dia a oragao em name da lgreja.

Nos tempos sagrados e dias de festa procu­ remos adaptar a nossa oragao ao espirito da lgreja que propoe na Liturgia todo o misterio de

Cristo a contemplagao dos fieis. Da celebragao

eucaristica e do louvor divino receberemos a forga para que cresga a nossa vida em Cristo e se torne mais fecundo o nosso minlsterio.

Unimo-nos sobretudo ao culto da lgreja ce­ lestial, comungando e venerando particular­

mente a mem6ria da Santlssima Virgem Maria e tambem de Sao Jose, de Sao Miguel e de to­

dos os Anjos, dos Ap6stolos e dos outros San-

tos que, pelo seu espirito verdadeiramente mis­ sionarlo, temos par tradigao coma Padroelros, a saber: Santo Afonso Maria de Lig6rio, Santo Inacio de Loiola, Santa Teresa de Jsus e San­ ta Catarina de Sena.

1. A Santfssima Virgem Maria, Mae de Deus, associada de todo o coragao a obra salvifica do

seu Filho, dediquemos amor filial pelo culto li­ turglco e pelas praticas de piedade recebidas par tradigao, coma o Rosario de Nossa Senho­ ra e outras.

1. Meditando a palavra de Deus no coragao,64 n6s, Missionarios, dediquemo-nos cada dia a

oragao mental, enquanto seja possivel, pelo es­ pago de uma hara, e a leitura: espiritual particu­ larmente das sagradas Escrituras65 e examine­

mo-nos sabre a fidelidade ao Evangelho.

A oragao diaria, feita com fidelidade, conti­ nua sendo uma necessidade primordial, tanto para a Comunidade coma para cada um dos Missionarios. Par isso, deve-se conceder-Iha um lugar prioritario em nossa vida.

1. Celebremos freqOentemente o Sacramen­ to da Reconciliagao, pelo qual se exprime e rea­ liza o esplrito de permanente conversao a

62 Cf. 2Cor 5,14.

63 Cf. Num 14,19; Ez 4,4-8; 22,30; Jo 17,9-'26.

64 Cf. Le 2,19.

65 Cf. 2Tim 3,14-17.

##### 38 39

Deus. Pois, em virtude desse Sacramento, ao mesmo tempo que nos reconclliamos com a lgreja, que ferimos ao pecar, morremos para o

pecado66 com Cristo que nao conheceu o peca

do.67

##### Capitulo VI

CONFIGURAQAO COM CRISTO

39. A unc;ao do Espirito Santo,6s pela qual fo· mos ungidos para evangelizar os pobres, e uma

66 Cf. Rom 6,2.

67 Cf. 2Cor 5,21.

68 Cf. At 10,38; 1Jo 2,20.27; Is 61,1.

##### 40

participagao da plenitude de Cristo.69 Dai que, chamados ao seguimento do Senhor e a cola·

borac;ao com Ele na obra que o Pai lhe conf iou, devemos contemplar assiduamente Jesus Cris· to e imita-lo, imbuidos de seu espirito, de tal modo que ja nao sejamos n6s que vivamos, mas Cristo que realmente viva em n6s.?O So· mente deste modo seremos instrumentos vali· dos do Senhor para anunciar o Reino dos ceus.

A nossa conflgurac;ao com Cristo procura­ mos realiza-la atraves dos votos religiosos nu­ ma comunidade missionaria. Tambem por ou­ tras virtudes a conseguimos e exprimimos se­ gundo o nosso dom na lgreja.

40. A caridade apost61ica e virtude suma­ mente necessaria ao Missionario. Tanto assim que, se dela carecer, sera como o bronze que soa ou o cimbalo que retine.71

Cristo, levado por ardente amor ao Pai e aos homens, entregou-se aos trabalhos, a paixao e ate mesmo a morte.72 lgualmente os Ap6s·

tolos, testemunhas da alegria da Ressurreic;ao

69 Cf. 1Jo, 1,16; Col 1,19.

70 Cf. Gal 2,20.

71 Cf. 1Cor 13,1.

72 Cf. Jo 14,31; Gal 2,19; Ef 5,2.25.

41

de Cristo73 e impulsionados pelo fogo do Espi­ rito Santo, percorreram toda a terra.



Tambem n6s, levados pelo zelo apost61ico e pela alegria do Espirito Santo, esforcemo-nos por todos os meios e recurses para que Deus seja por todos conhecido, amado e servido. Amemos todos os homens, desejando e procu­ rando-lhes a bem-aventuran9a do Reino ja ago­ ra iniciada na terra.

1. Para termos em n6s os mesmos senti­ mentos de Cristo Jesus, que se aniquilou a Si mesmo, assumindo a condi9ao de servo,74 pro­ curemo·s a humildade, a qual, enquanto nos dispoe para a gra9a de Deus, constitui o funda­ mento da perfei9ao crista e por isso e uma vir­ tude muito necessaria aos ministros do Evan­ gelho. Cada qual de unicamente a Deus toda a gl6ria por todos os dons que lhe pare9a ter, e procure produzir copioso fruto.75 Lembre-se ca­ da um de seus pecados e defeitos e reconhe9a intimamente sua pr6pria dependencia de Deus. Manifeste esse conhecimento no modo de agir e de tratar os outros. Confesse seus defeitos e erros, pe9a perdao aos irmaos e preste-lhes os

73 Cf. At 2,32; 3,15.

74 Cf. Fil 2,5-9.

75 Cf. Jo 15,8.

##### 42

servi9os de caridade de tal modo que esteja en­ tre eles como quern serve.76

1. Esforcemo-nos em praticar a mansidao proposta pel.o Senhor,77 que e sinal de voca9ao

apost61ica. E precise que o amor de Cristo nos impulsione,78 de tal modo que dediquemos aos

nossos irmaos um zelo semelhante ao que Deus tern por eles,79 e com animo forte morra­ mos por eles cada dia.00 Contudo, no minlste­ rlo sempre devemos estar animados pela man­

sidao de Cristo01 a fim de conquistar muitos para Ele.

1. Associados a obra da Reden9ao, empe­ nhemo-nos em nos conformar com Cristo que disse: *"Sealguem quer vir ap6s mim, renuncie­ se a si mesmo e tome a sua cruz"02.*

Os verdadelros Missionaries, como estran­ geiros e peregrines, abstenham-se dos desejos carnais que combatem contra a alma.83 Por is­ so, guardem diligentemente seus sentidos, glo-

76 Cf. Le 22,27; Mt 20,28; Mc 10,45.

77 Cf. Mt 5,4.

78 Cf. 2Cor 5,14.

79 Cf. 2Cor 11,2.

80 Cf. 1Cor 15,31.

81 Cf. Mt 11,29.

82 Mt 16,24.

83 Cf. 1Pe 2,11.

### 43

rificando e levando Deus em seu corpo.84 Na comida e bebida e no uso daquelas coisas que fomentam o prazer adotem as formas de tem­ peran9a mais conformes as circunstancias de lugares e tempos que mais correspondam a ho­ mens apost61icos. Asslm, na sua frugalidade,

aparecera que o corpo e de Cristo, por cujo po­ der Deus nos ressuscitara.85

1. Lembrados das palavras do Senhor: *"Por· que o que quiser salvar* a sua *vida, perde- /a-a;* mas *o que perder* a sua *vida por amor de mim e do Evangelho, salva-/a-a"* 06 - convem grande· mente que em toda adversidade, na fome, na sede, na nudez, nos trabalhos, nas calunias, nas persegui9oes e em toda atribula9ao procu­ rem alegrar-se,01 de modo que possam dizer com o Ap6stolo: *"Quanta* a *mim, nilo pretendo jamais g/oriar-me,* a *nilo ser na cruz de* nosso

*Senhor Jesus Cristo, pela qua/ o mundo esta crucificado para mim e eu para o mundo."* 88

O pr6prio Senhor, que se identificou plena­ mente com os que sofrem, nos convida a que 0 reconhe9amos sofrendo neles e lhes preste-

84 Cf. 1Cor 6,20.

85 Cf. 1Cor 6,14.

86 Mc 8,35.

87 Cf. 2Cor 11,16·33; Rom 5,3.

88 Gal 6,14.

## 44

mos auxilio eficaz,89 dando inclusive a nossa vida pelos lrmaos.9o Em solidariedade com os homens que sofrem doen9a, dor, injusti9a e opressao, suportemos tudo por eles, para que tambem eles consigam a salva9ao.91

1. Ja que Cristo padeceu por n6s, deixando­ nos o seu exemplo,92 quando estlvermos doen­ tes suportemos a enfermidade e as dores com humildade e submissao ao beneplacito divino, sabendo que completamos pela enfermidade o que falta a paixao de Cristo.93 Levemos, por­ tanto, com gande paciencia a doen9a e todas as falhas decorrentes da pobreza, pregando a todos com o testemunho de vida.

Quando alguem estiver gravemente doente, una-se mais intimamente a Cristo, tambem pe­ los Sacramentos dos enfermos, oferecendo a vida pela salvac;ao de todos e colocando toda a

esperan9a naquele que e a nossa ressurrei9ao e vida.94

89 CF. 1Pe 2,24; Mt 25,34-40.

90 Cf. 1Jo 3,16.

91 Cf. 2Tm 2,10.

92 Cf. 1Pe 2,21.

93 Cf. Col 1,24.

94 Cf. Jo 11,25.

## 45



Capitulo VII NOSSA MISSAO

46. A nossa vocac;Ao especifica no Povo de Deus e o ministerio da palavra, pelo qual comu­ nicamos aos homens todo o misterio de Cristo. Efetivamente, fomos enviados para anunciar a vida e a morte do Senhor e a sua ressurreic;ao ate que Ele venha, para que os homens, crendo nele, se salvem.95

Compartindo as esperanc;as e as alegrias, as tristezas e as angustias dos homens, sobretu­ do dos pobres, intentamos prestar a nossa co­ laborac;ao a todos os que procuram a transfor­ mac;ao do mundo, segundo o designio de Deus. Entretanto, devemos anunciar o Evangelho na fidelidade e firmeza, principalmente porque sao muitos os que lhe sao contrarios, quer por ambic;ao de dominio, quer por cobic;a de rique­ zas ou por ansia de prazer.9e

47. Nossa Congregac;ao cumpre a missao que lhe e pr6pria, suscitando e consolidando

95 Cf. 1Tm 2,4.

96 Cf. Jo 2,16; 1Cor 2,1-7; At 4,18-21.

46

comunldades de fieis, seja convertendo os ho­

mens a Deus pela fe, sej!:l renovando-lhes a vi­ da no Cristo e levando-a ate a perfeic;ao.

48. Para realizar esta mlssao, empreguem os Missionarios todos os meios que lhes sao pos­ siveis. Antes de tudo, despertem em si:

0 *sentido de percep<;ao* das coisas mais ur­ gentes, oportunas e eficazes, tendo em conta as circunstancias de tempos, lugares e pes­ soas, sem persistir em conservar metodos e meios inadequados de apostolado.

0 *sentido de disponibilidade* de animo para estarem preparados a renunciar a tudo que ti­ nham ate aquele momento para cumprirem a missao de propagar a fe, quer dentro, q·uer fora

da patria, d6ceis ao espirito e obedientes a mis­

sao.97

0 *sentido de catolicidade* pelo qual, levados a todas as partes do mundo, saibam apreciar grandemente, com animo aberto, os costumes dos povos e os seus valores religiosos e cultu­ rais.9B 0 trabalho missionario seja de preferen­ cia para com aqueles que mais carecem de evangelizac;ao ou para os que sao agentes des­ sa evangelizac;ao ou podem tornar-se tais.

97 Cf. At 16,7-10

98 Cf. 1Cor 9,19-23.

## 47

De born grado associamos, no Senhor, as nossas obras apost61icas todos e cada um da­ queles que, movidos de espfrito missionarlo, desejam colaborar conosco.



1. Os membros da Congregac;ao entreguem­ se plenamente a obra do Evangelho, deixando ate a pr6pria famflia,99 lembrados de que tern um Pai no ceu ao qual devem agradar mais do que aos outros.100 Cuidem que o amor desorde­ nado da patria e da cultura pr6pria nao impec;a a adaptac;ao aos povos a evangelizar.

E para mais livremente dedicar-se a sua VO· cac;ao missionaria, nao se deixem prender por partidos politicos nem por outras coisas que impec;am o cumprimento de sua voca9ao.

1. Entre as fun9oes do ministerio - que sao o governo, a santifica9ao e a evangeliza9ao -, o mais importante para n6s, porque somos Mls­ sionarios, e a colabora9ao na evangeliza9ao do povo. Ninguem, portanto, aceite cargos de go­ verno eclesiastico, a nao ser com o consentl­ mento do Superior Geral ou por mandato do Su­ mo Pontlfice.

99 Cf. Mt 10,37.

100 Cf. Mt 23,9.

##### 48

Capitulo VIII PROGRESSO NA VIDA MISSIONARIA

1. Nossos Mlssionarios, desejando ardente­ mente a justi9a do Senhor,101 esforcem-se por chegar a medida da plenitude da *"idade de Cristo",102* para poder mais eficazmente comu­ nicar a outros a gra9a do Evangelho. Tendo si­ do chamados por Deus - nao por nossas obras, mas pelo seu desfgnio103 - e justifica­ dos em Jesus Crlsto,104 conflamos que aquele que come9ou em n6s a sua obra boa lhe dara o acabamento ate o dia de Jesus Cristo.1os

52. Esforc;ando-se por caminhar numa vida nova,1oa com o cora9ao voltado para Deus, fa- 9am tudo com reta inten9ao e verdadeiro fervor de espfrito e sofram por Ele todas as adversida­ des. Renovem cada dia o prop6sito de progredlr no caminho do Senhor. Cada mes fa9am com

101 Cf. Mt 5,6.

102 Cf. Ef 4, 13.

103 Cf. 2Tl m 1,9.

104 Cf. Rom 3,24.

1. Cf. Fil 1,6.
2. Cf. Rom 6,4.

49

I

interesse o retiro espiritual, no qual recordem sua pr6pria vocagao, renovem em sl mesmos a esperanga da gl6ria futura para melhor ir ao encontro do Senhor, quando ele vier. Cada ano fagam de modo especial e com o devido cuida­ do os exercicios espirituais.

1. Como Cristo nosso Senhor foi conduzido pelo Espirito Santo ao deserto para ser tentado pelo demonio,101 asslm tambem n6s, seus dis­ cfpulos, seremos tentados muitas vezes.1oe Mas nas tenta96es devemos permanecer com Cristo, que continua a ser tentado em n6s.109

Revist amo-nos todos da armadura de Deus,110 sem presumir de nossas forgas, mas conflando com segura esperanga no Senhor, que se mostra fiel nas mesmas tenta96es. 111 Vigiemos, pois, conf orme a palavr a do Senhor112 e pegamos ao Pai celeste que nos Ii· vre de cair em tentagao.113

1. Para promover eficazmente o progresso espiritual, pegam ajuda aos coirmaos, seja pe-

107 Cf. Mt 4,1.

108 Cf. Tia 1,2. 109 Cf. Le 22,28. 110 Cf. Ef 6,11.

111 Cf. 1Cor 10,13.

112 Cf. Mt 24,42-44; Mc 13,37.

113 Cf. Mt 6,13.

##### 50

la diregao espiritual, seja pelo discernimento comunitarlo e par outros meios. Desejem muito e pegam ser corrigidos e avisados e correspon­ dam a todas as corre96es com agradecimento e gratidao interior.

1. Solfcltos uns pelos outros, ao verem um irmao desviar-se do born caminho e cair em de­ feitos que possam trazer prejufzo para ele ou para outros, avisem-no em particular com cari­ dade cheia de mansidao e humildade,114 lem­ brados da pr6pria fragilidade. Se ele recusar atender, ou se o bem dele ou do pr6ximo exiglr uma agao imediata, comuniquem o fato ao Su­ perior para que empregue o remedio convenien­ te e, par sua parte, encomendem o assunto ao Senhor. Todos saibam acolher com sincere amor e confortar o irmao que se arrepende, pa­ ra que ele prossiga mais seguramente no cami­ nho do Senhor.
2. E necessario que os nossos coirmaos

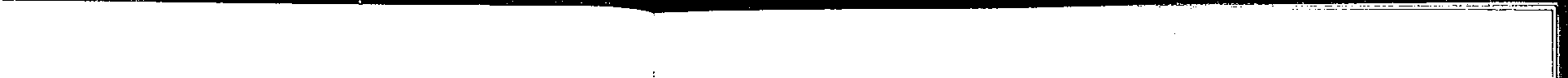
progridam de igual maneira na virtude e na ciencia, para estarem a altura dos tempos e po­

derem exercer frutuosamente o ministerio. Cul­ tivem com muita dillgencia as ciencias sagra­ das e humanas e acompanhem constantemen­ te o seu progresso. Dentro das nossas possibi-

114 Cf. Mt 18,15.

51

lidades, procurem os Superiores que haja em cada Comunidade os instrumentos e melos oportunos para o progresso eficaz nos estudos. Tenham todos os membros da Comunidade o maior apre90 pela biblioteca.



1. Segundo as exigencias da vida missiona­ ria, reserve-se alguma parte da casa s6 para os seus membros. A Comunidade determine sua ordem interna e deflna o seu regulamento de ora9ao comunitaria e ordene os demais aspec­ tos de sua vida, de tal forma que os atos co­ muns sejam distrlbufdos segundo as exlgen­ cias das ativldades apost61icas. E, alem do tempo dedlcado as coisas espirituais e aos tra­

.balhos, os Mlsslonarios tenham algum tempo para sl mesmos e possam desfrutar da conve­ niente recrea9ao, silencio e descanso. No uso dos meios de comunica9ao, observe-se a ne­ cessaria discri9ao e evite-se quanto possa pre­ judicar a vida espiritual ou o testemunho apos­ t61ico.

Quanto ao hablto religioso, observem-se as prescri9oes do direito universal.

## 52

SEGUNDA PARTE MEMBROS DA CONGREGAQAO

##### 53

Capitulo IX



OS CHAMADOS A VIDA MISSIONARIA

1. Todos os Missionaries vivam com alegria o dom da voca9ao. Alem disso, devem arder em desejo de que esse dom seja concedido tam­ bem a outros e que a nossa Congrega9ao cres- 9a cada dia para anunciar o Reino de Deus.115

Todos considerem como dirigida a si a exor­ ta9ao divina: *"Pedi, pois,* ao *Senhor da messe, que envie operarios para sua* messe".11e Lem­ brem-se ainda de que as nossas palavras e o estilo de vida missionaria sao 6timo convite pa­ ra abra9ar o chamado do Senhor. Todos e cada um tern o dever de promover as voca9oes.

1. Com aqueles que parecem ter percebido em si a voca9ao, e necessario come9ar um pro­

cesso de discernimento pela escuta da palavra de Deus, pela ora9ao e pelo dialogo fraterno.

Mas aqueles que entendem ser chamados a

plena comunhao com a nossa Congrega9ao co­ nhe9am a nossa vida e missao totalmente e a

115 Cf. Le 9,60.

116 Mt 9,38.

55

experimente de alguma forma.117

Os que solicitam entrar na Congregac;:ao de­ vem fazer o Postulantado, prosseguindo no dis­ cernimento da pr6pria vocac;:ao sob direc;:ao de um Missionario experiente.

No ato da admissao o Postulante devera de­ clarar que todos os servic;:os que prestar, en­ quanto permanecer na Congregac;:ao, os fara gratuitamente e sem retribuic;:ao, segundo a norma do estado religioso, e que, portanto, na­ da exigira por esses servic;:os, se algum dia vier a sair.

60. Cada qual tenha cuidado de assegurar

por meio de boas obras a sua vocac;:ao e eleic;:ao. 11a Todavia, se alguem, ap6s a profis­ sao religiosa, julgar que deve retirar-se da Con­ gregac;:ao, prepare a decisao de afastar-se com

o dialogo fraterno, procurando sinceramente a vontade de Deus.

Se os Superiores da Congregac;:ao julgarem forc;:oso desjigar um coirmao dos direitos e de­ veres da profissao, fac;:am-no sempre com cari­ dade e discric;:ao.

Quando alguem tiver que deixar a Congrega­ c;:ao, seja por pr6pria vontade, ou por decisao

dos Superiores, proceda-se conforme a norma do Direito universal e do pr6prio nosso.

Todos os Missionarios, mormente os Supe­ riores, procurem com caridade crista e na medi­ da do possfvel ajudar a quern saiu ou foi despe­ dido, para que consiga viver dignamente no mundo uma vida honesta.

117 Cf. At 1,21.

118 Cf. 2Pe 1,10.

56 57

##### Capitulo X

NOVIQOS E SEU MESTRE

1. Os Novi9os, enquanto se preparam para professar em nossa Congrega9ao, procurem par os fundamentos da vida missionaria e co­ nhe9am seus principais elementos, e igualmen­ te pratiquem os conselhos evangelicos. Deste modo unam-se de todo o cora9ao, especial­ mente no Misterio Eucaristico, a nosso Senhor

Jesus Cristo, de cuja vida e ministerio serao participantes. Acolham como Mae e Mestra119 a Santissima Virgem Maria, que foi a primeira

discipula de Cristo.

1. Embora os Missionarios precisem de to­ das as virtudes, para corresponder a pr6pria vo­ ca9ao, devem ter, antes de tudo, uma *Fe* via.

Pois foi ela que inf lamou os Profetas, os Apos­ tolos e os Martires, e estimulou muitos prega­ dores da palavra de Deus a abra9ar com animo alegre a pobreza, a abnega9ao e o sacrificio pa­ ra dilatar o Reino de Cristo. Por isso, os Novi- 9os devem firmar-se bem na fe, mais ainda, vi-

119 Cf. Jo 19,27.

##### 58

ver da fe,120 principalmente quando sintam du­ vida quanto a fidelidade a voca9ao.

1. Terao grande *Confian9a* em Deus, espe­ rando dele a aptidao para bem desempenhar a missao.121 Portanto, quando experlmentarem tenta96es de desconfian9a ou sentirem suas pr6prias llmita96es, confortem-se, lembrados de que Deus sempre costumou escolher instru­ mentos fracosi e debeis para confundlr os fortes.122
2. Guardem a voca9ao mlssionaria com *Hu­ mildade* evangelica. Reconhe9am que nada possuem que nao tenham recebido de Deus e de que nao tenham de dar conta.123 Por isso, re­ conhe9am os dons recebidos e procurem que estes frutifiquem124 e, de conseguinte, sirvam a todos os homens.
3. Os jovens missionarios, *d6ceis ao Espiri­ to Santo* em procurar conhecer a vontade de Deus, cooperem responsavelmente com o Mes­ tre e os Superlores e acatem suas decisoes com fe e caridade.

120 Cf. Rom 1,17.

121 Cf. Fil 1,6.

122 Cf. Is 6,5-8; 1Cor 1,27; 2Cor 12,9-10.

123 Cf. Mt 12,36; Le 16,2.

124 Cf. Mt 25,14,30.

59

1. Procurem em tudo a *G/6ria de Deus,* co­ ma norma de seu agir, no estudo, na comida, na recrea9ao, ou em qualquer outra colsa.125 Por­ tanto, cultivem a *Ora9ao* sem descuido nem ti­ bieza. Deste modo sairao do ano de prova9ao com aproveitamento.
2. Os Novi9os apreclem grandemente a vo­ ca9ao missionaria e continuem o processo de

discernir se verdadeiramente sao chamados *'(*

para a Congrega9ao. Convencidos desse cha­ mado, empenhem-se em corresponder a fideli­

dade divina com sua pr6pria *Fidelidade,* com animo alegre e generoso.

1. Para alicer9ar firmemente a vida missio­ naria, os Novl9os sao confiados a um *Mestre* que, com palavras e exemplo, os formara no es'. pfrito da Congrega9ao.

0 Mestre e designado pelo Superior Maior com o seu Conselho. Deve ser um homem ver­

dadeiramente espiritual e cheio de amor a Con­

grega9ao, dotado de maturidade, amabilidade, prudencia e s61ido conhecimento da natureza e missao da nossa Congrega9ao na lgreja, bem

coma de uma conveniente experiencia apost6- lica.

Dirija os Novi9os de modo que a maturidade

125 Cf. 1Cor 10,31.

### 60

do juizo e firmeza de carater se lhes desenvol­ vam da maneira condizente a cada um. lnfunda­ lhes as virtudes que os homens mais apreciam e que mals prestigiam o discfpulo de Cristo. Procure que os Novi9os conslgam reallzar aquela unldade da vida missionarla em que se harmonizem intimamente o espirito de uniao com Deus e o apostolado.

1. 0 Postulante e admitido ao Noviciado pe­ lo Superior Maior, ouvido o seu Conselho.

0 tempo dO Noviciado come9a quando o Su­ perior Maior ou o seu Delegado o determinar.

Para que o Noviciado seja valldo, deve durar doze meses completos, vividos na casa para is­ so canonicamente designada. Para a completa forma9ao dos Novl9os, podem os Superiores, alem desse tempo prescrito, estabelecer um ou mais perfodo de tempo para exercer o apostola­ do fora da comunidade do Novlciado, segundo a norma do nosso Direito.

Entretanto, nunca se estenda o Noviciado alem de um bienio. Salvas essas prescri9oes, a ausencia da casa do Noviciado que supere tres meses, continuos ou descontlnuos, torna lnva­ lido o Noviciado. A ausencia que supere quinze dias deve ser suprida.

70. 0 candidato, ap6s ter comprovado sufl­ cientemente no tempo de Noviciado a sua vo­

·ca9ao para a Congrega9ao, a ela se incorpora,

##### 61

com previa aprova9ao do Superior Maior e de seu Conselho. Esta incorpora9ao, que se reali­ za pela profissao dos votos publicos, a princi­ plo e temporal.

Terminado o trienio desta profissao tempon ­ ria, o professo que espontaneamente o pedir e for julgado idoneo, seja tambem admitido a re­ nova9ao por mais um trienJo ouaprqfissao per­ petua; do contrario, pe9a seu afastamento.

Todavia, se parecer oportuno, o Superior Ge­ ral pode prorrogar a algum professo o periodo de profissao temporaria, de tal forma, porem, que o total dessa incorpora9ao temporaria nun­ ca ultrapasse nove anos.

1. Obtida a aprova9ao do Superior Maior com seu Conselho, o professo se incorpora de­ finitivamente a Congrega9ao pelos votos per­ petuos. Para que possa emitir os votos perpe­ tuos, e preciso ter chegado aquela maturidade pessoal que lhe permita conhecer e viver a vo­ ca9ao divina como um bem para a totalidade de sua pessoa.

Nossa profissao religiosa se faz pela emis­ sao dos votos de castidade, pobreza e obedien­ cia e por um ato, no qual nos consagramos a Deus publicamente e nos entregamos ao lma­ culado Cora9ao de Maria para o ministerio da salva9ao. Deste modo se expressa muito clara­ mente que professamos a vida religiosa na

62

Congrega9ao fundada para realizar o ministe­ rio da palavra. Por esta entrega, recebida pela Congrega9ao e pela lgreja, cada um dos mem­ bros participa da nossa missao no Povo de Deus.

##### 63

Capitulo XI

MISSIONARIOS EM FORMAQAO E SEU PREFEITO

1. 0 periodo formativo e um tempo de pre­ para9ao para o desempenho da nossa missao. A prepara9ao para a profissao religiosa per­ petua se estende, pelo menos, por tres anos. Alem dessa forma9ao fundamental, prepare-se cada um de modo especial para desempenhar na lgreja o dever correspondente ao pr6prio es­ tado como Sacerdote, como Diacono ou como Irma Missionario, empenhado em participar, de maneira diversa e conforme o dom recebido

do mesmo Espirito de Cristo.126

Os Missionarios que estao no periodo de for­ ma9ao cultivem seu cora9ao e sua inteligenia e abram-nos a agao do Espirito Santo, seguin­ do a nossa pr6pria programa9ao formativa. Os Estudantes cultivem antes de tudo e com toda a diligencia as disciplinas sagradas.

1. Para adquirirem uma convic9ao sempre mais profunda e madura de sua voca90, aprendam por viva experlencia a unir-se a Cris-

126 ct. 1Cor 12,4-11.

64

to, com firmeza e perseveran9a em meio as transforma96es do mundo, segundo o nosso carisma proposto nas Constitui96es.

Valham-se com confian9a da ajuda do Prefei­ to e Diretor espiritual.

Pe9am lncessantemente ao Senhor que os fa9a ministros idoneos da palavra dlvlna,m pa­ ra propagar o seu nome e dilatar o Reino do ceu por todo o mundo. Amem e venerem com con­ fian9a filial a Santissima Virgem Maria, forma­ dora de ap6stolos.

1. Os Missionarios em forma9ao adquiram o conhecimento das condi96es socials e politi­ cas dos homens e dos tempos, de tal maneira

que, julgando sabiamente as situa96es *?o*

mundo a luz da fe e abrasados de zelo apostoll·

co, possam responder com maior eficacla as necessidades dos homens.

1. Na designa9ao de um futuro ministerio, tenham-se em conta nao s6 a inclina9ao e a ca­ pacidade das pessoas, mas tambem as neces­ sidades da Congrega9ao e da lgreja. No tempo da forma9ao aprenda-se, e se exercite na prati- ca, a arte do apostolado. '
2. A incumbencia da forma9ao missionaria pela sua grande importancia e de responsabili-

127 Cf. 2Cor 3,4-6.

## 65

dade de toda a Congregac,:ao, Provfncia e Co· munidade formativa.

1. o cargo de *Prefeito* e de grande importan­

cia, em razao tanto de sua finalidade como de suas conseqOencias. Pois, se a conversao de um s6 pecador e obra grandemente merit6ria, muito mais o sera a formac,:ao de ministros ido· neos que, a seu tempo, serao instrumentos da salvac,:ao de muitos. Aquele, portanto, a quern se conf iar um cargo tao importante, instrua-se bem no seu offcio e procure desempenha-lo com toda a solicitude.

Ame a todos igualmente e conhec,:a as neces· sidades de cada um. Nas instruc,:oes exponha a doutrina sobre a nossa vida missionaria. Mais com o seu exemplo do que com as palavras, procure que assumam esta forma de vida por uma fntima convlcc,:ao de fe.

I

##### } Capitulo XII

MISSIONARIOS IRMAOS, DIACONOS E SACERDOTES

1. Todos os membros da Congregac,:ao, con­ correndo para o mesmo fim conforme a grac,:a que lhes foi dada,12s colaboram para o bem de todo o corpo. Mas e preciso que cada um, ao realizar a sua vocac,:ao, valorize muito e defen· da quer seu pr6prio dom, quer as grac,:as conce­ didas a outros pelo mesmo Espirito.129

79. Os *Missionarios lrmaos* saibam que seu carisma esta marcado pela fndole laical. Tam­ bem leigos abrac,:aram a nossa Congregac,:ao desde seus inicios, para serem, a seu modo, cooperadores da missao.

Esta vocac,:ao de participar como leigos da vi­ da missionaria da Congregac,:ao deve ser a cau­ sa genuina de sua consagrac,:ao. Todos, portan­ to, estimem grandemente as caracteristicas laicais e vivam-nas segundo o nosso espirito missionario.

Os lrmaos aportam para o bem da missao da



128 Cf. Rom 12,6. 129 Cf. 1Cor 12,7-11.

66 67

Congregagao todas as preocupa96es e espe­ rangas do mundo de hoje, a eles tao pr6ximas.

1. Na evangelizagao do mundo inteiro os lr­ maos Missionarios tern fungao muito importan­ te: ser cooperadores da verdade.130 Nesta obra o apostolado dos leigos e o ministerio pastoral completam-se mutuamente.

Renovem constantemente em si mesmos o espirito missionario, para que Cristo tenha a primazia em tudo,131 dando testemunho nas ar­ tes e profissoes seculares. Toda cooperagao deles na Comunidade missionaria tern sempre valor *"plenamente apost6 /ico". 132*

1. Os *Missionarios Diaconos,* que por voca­ gao especifica foram ordenados para o Diaco­ nato permanente, fortificados pela graga sacra­ mental, sirvam evangelicamente na diaconia da palavra, da liturgia e da caridade ao Pavo de Deus e a pr6pria comunidade, imitando Jesus que veio nao para ser servido, mas para servir.133

Anunciem a todos os homens o Evangelho de Jesus134 e sigam Jesus, para que, cheios de

130 Cf. 3Jo 8.

131 Cf. Col 1,18. 132 Cf. Mt 10,42. 133 Cf. Mt 20,28. 134 Cf. At 8,35.

##### 68

graga e fortaleza,135 possam dar testemunho eficaz da sua gl6ria.136 Pela virtude do Espirito Santo,137 que e amor, consolidem a caridade fraterna entre os fieis e despertem neles o sen­ tido da justi9a.13a

82. Os *Missionarios Sacerdotes,* participan­ tes do ministerio dos Ap6stolos, sao enviados coma cooperadores eficientes dos Bispos, pa­ ra pregar a palavra de Deus a todas as na96es pelo testemunho de vida evangelica e profe­ tica. Par isso o seu dever peculiar e devotar-se, com espirito missionario, ao bem de todas as lgrejas.

1. Configurados pelo Sacramento da Ordem a Cristo Sacerdote, cuja pessoa representam, principalmente na celebragao eucaristica, par­ ticipam de sua morte e vlda, para recordar aos demais, na comunidade dos homens, a mem6- ria da presenga do Senhor.

Porquanto, tomados entre OS homens, sao constituidos em favor deles nas coisas que se referem a Deus,139 para mais eficazmente ser­ vir aos homens; nao fiquem, porem, alheios as

135 Cf. At 6,8.

136 Cf. At 7,55-58.

137 Cf. At 6,3.5; 7,55.

138 Cf. Mt 5,6.

139 Cf. Hb 5,1.

69

suas vidas e vicissitudes. Ao contrario, convi­ vam entre eles como irmaos, tazendo-se tudo para todos.140 Tenham culdado pastoral dos doentes e daqueles que sao marginalizados por qualquer causa que seja.

..

1. Pec;am a Deus e exercitem aquela carida­ de pastoral, que os torne dispostos a dar a vida pelos irmaos.141 Por isso, orem a Deus Pai ca­ da dia pela lgreja e pela salvac;ao do mundo, principalmente quando celebrarem a Mem6ria do Senhor e recitarem a Liturgia das Horas. Es­ tejam sempre dispostos a prestar os auxilios pr6prios do ministerio sacerdotal.
2. Na prega9ao e em qualquer atividade pastoral guiem-se pelo espfrito da lgreja, como verdadeiros ministros de Deus.142 Tenham grande traternidade uns com os outros, traba­ lhando de boa vontade em ac;ao conjunta.

140 Cf. 1Cor 9,22.

141 Cf. Jo 10,11-17; 1Jo 3,16.

142 Cf. 2Cor 6,4.

##### 70

TERCEIRA PARTE GOVERNO DA CONGREGAQAO

71

Capftulo XIII

CONSTITUIQAO ORGANICA DA CONGREGAQAO

1. Nossa Congregagao, suscitada pelo Es­ pirito Santo e erigida pela lgreja, em virtude da comum vocagao e missao de todos os seus

membros e uma comunidade carismatica e ins­ titucional, a semelhanga da mesma lgreja e,

alem disso, figura entre os lnstitutos c.lericais. Por isso, e dotada de todos aqueles elementos institucionais que sao necessarios para melhor cumprir a sua missao.

Todos esses elementos e todas as normas de governo estao a servigo da caridade fraterna e ao mesmo tempo visam tornar a Congrega­ gao disponfvel para o servigo da lgreja univer­ sal.

1. Nossa Congregagao consta de Provfn­ cias, Delegagoes, Casas e Residencias.
2. *Provincia* e a uniao de algumas Comuni­ dades locais - Casas, Residencias -, que te­ nham entre si uma peculiar relagao e real co­ municagao. Constitui parte da Congregagao sob um mesmo Superior que a governa com po­ der ordinario. As Provfncias podem ser forma­ das ou em formagao.

##### 73

*De/egagao lndependente* e a rferida unlao de Comunidades locais entre si, sob um mes­ mo Superior que a governa com poder delegado pelo Superior Geral. Chama-se *Delegagao De­ pendente* quando o Superior a governa com po­ der delegado pelo Superior Prov111clal.

1. Casa e a Comunidade estavelmente cons­ tituida num lugar na qual a vida missionaria se realiza. Consta pelo menos de tres membros professos que compartem a fraternidade, sob a autoridade de um Superior que a governa com poder ordinario.

*Residencia* e a Comunidade sem aquela es­ tabilidade, constituida segundo a norma do nosso Direito para exercer algum sagrado mi­ nisterio OU por outra razao, a quaJ e governada pelo Delegado do Superior Maior.

1. Missoes se chamam as Provincias, Dele­ gac;:oes, Casas, Residencias, que gozam de re­ gime privileglado.

91. A criac;:ao e supressao de Casas e Resi­ dencias reservam-se ao Superior Geral com o seu Conselho, ouvidos os membros interessa­ dos e observadas as prescric;:oes do Direito uni­ versal.

A criac;:ao, inovac;:ao e supressao de Provin­ cias e Delegac;:oes se fazem pelo Superior Geral com o voto deliberativo dos Consultores, ouvi­ dos os membros e Governos Provincials aos

## 74

quais afeta esta decisao.

1. Nossa Congregac;:ao e governada por um Superior Geral, por Superiores Provincials, por Delegados e por Superiores locais, cada um com o seu Conselho. E e dirigida pelos Capitu­ los Geral ou Provincial.

## 75

Capitulo XIV PRINCiPIOS DE GOVERNO

1. A legislagao e a forma do nosso governo devem corresponder a natureza plenamente

apost61ica da Congregagao e basear-se em cri­ terios de vida missionaria. A relagao mutua e a dependencia entre a Comunidade e os 6rgaos de governo devem realizar-se em todas as es­ truturas do regime. Portanto, o governo deve ser participado, com a colaboragao de todos, e exercido em sua devida ordem.

1. Nossos Superiores sao designados por nomeagao ou por eleigao, segundo a norma do nosso Direito. Ao receber o cargo, fagam a pro­ fissao de fe conforme a f6rmula aprovada pela Se Apost611ca, diante da Comunidade ou, se fo­ ram eleitos no Capitulo, diante do mesmo Capi· tulo.

Os Superiores, exprimindo a caridade com que Deus ama os irmaos e com respeito pela pessoa humana, levem-nos a cooperar com obediencia ativa e responsavel, mesmo em for- 9a do voto, na realizagao de seus encargos e no empreendimento de tarefas.

1. A autoridade deve ser exercida ordenada·

### 76

mente. A quern for incumbido algum oficio ou encargo, deixe-se a liberdade de realizar sua obra integra e desimpedidamente, a nao ser que o bem comum exija que o Superior imedia­ to ou maior, conforme os casos, intervenha convenlentemente.

1. Dado que toda a autoridade na Congrega- 9ao e exercida subordinadamente, qualquer Superior, por causa grave ou por exigenc•ia do bem cornum, pode ser removido por aquele que nomeou e, em caso de eleigao, por aquele que tern do Direito de confirmagao, segundo as nor­ mas do Direito e ouvido o interessado.
2. Nossos Superiores Maiores, cada um em seu grau e jurisdigao, tern poder eclesiastico le· gislativo, executivo e judicial, de acordo com o Direito, tanto para o foro exterrio como para o interno. E o Superior local somente goza do po­ der executivo de governo.

Assim tambem o Superior Geral, Provincial ou de Delegagao, ca.da um no seu grau e jurisdi · 9ao, representam toda a Congregagao, Provfn· cia e Delegagao por direito pr6prio e fazem as suas vezes. Estes mesmos Superiores tern o di­ reito, em sua ordem e grau, de liberar e obrigar

a Congregagao, a Provincia ou a Delegagao, tanto canonica e civil como moralmente, sem­ pre segundo as normas do Direito universal e do pr6prio nosso.

#### 77

1. As Provincias e as Casas entre si comple­ tam-se mutuamente, sob a diregao dos Superio­ res, mediante comunhao de pessoas e de bens temporals, de tal modo que as que tern mals posses ajudem as que se encontram em neces­ sidade.
2. A Congregagao considera os bens tempo­ rals coma meios que deve empregar para o seu fim apost61ico. Mas, por se tratar de bens ecle­ siasticos, devem ser administrados segundo as normas do Direito universal da lgreja e do nos­ so pr6prlo e tambem segundo o sentido da po­ breza evangellca.
3. Nao somente a Congregagao, mas tam­ bem as Provlncias e Delega96es e Casas sao pessoas jurldlcas e podem, conforme as nor­ mas do Direito, adquirir, possuir, administrar e alienar quaisquer bens temporals. Na Congre­ gagao, a propriedade de bens e subordinada.
4. As pessoas jurldicas da Congregagao responderao somente par aquelas dlvidas e obriga96es e contratos que, segundo a norma do Direlto universal e do pr6prio nosso, tenham sido contraidos em seu name par forga do car­ go ou de um mandato. Par todos os demais en­ cargos estao obrigados a responder moral, juri­ dica e economicamente diante da Congrega­ gao, da lgreja e da autoridade civil aqueles que os tiverem contraido invalida ou ilicitamente.

### 78

Cada pessoa juridica da Congregagao s6 res­ ponde civilmente pelas suas pr6prias dlvidas, obriga96es e contratos.

79

Capitulo XV

GOVERNO DA COMUNIDADE LOCAL

1. A vida missionaria se realiza de modo peculiar na Comunidade local. Pois, unidos ne­ la fraternalmente, realizamos nossa missao a servi90 do Povo de Deus.
2. 0 Superior local, sinal de comunhao e vinculo de unidade, preside cada Casa da Con­ grega9ao para o servl90 da missao. Nas resi­ dencias exerce este cargo um Delegado, desig­ nado pelo Superior.

O Superior deve ser verdadeiramente espiri­

tual e cheio de zelo pelas almas, realmente apegado a Congrega9ao e dotado de discri9ao e conveniente capacidade.

1. O Superior, que deve animar e dirigir a Comunidade para uma intensa vida e atividade missionaria, presta o seu servi90 do seguinte modo:

1. Promovendo com grande caridade o bem fraterno.

2. Procurando e discernindo juntamente com os demais a vontade de Deus sabre a Comuni­ dade e cada um dos irmaos. Quando, procura­ da a vontade de Deus ou tentado um juizo de

### 80

discernimento, nao se chega a um acordo, ele mesmo determinara oportunamente aquilo a que a Comunidade esta obrigada.

1. Discernindo por si mesmo, quando for con­ veniente, as coisas que sao necessarias. Neste caso, porem, notifique a Comunidade sempre que seja possivel e conveniente.
2. Confortando os irmaos com o seu exemplo e com sinceras palavras de estimulo e louvor e dirigindo-os, se necessario for, ate mesmo com aviso e corre9ao, para que permane9am fieis aos seus compromissos e demais obriga9oes de nossa vida; e ministrando-lhes a palavra de Deus, com a colabora9ao dos irmaos e de ou­

tros para isto chamados, conforme a oportuni­ dade.

1. Mantendo unida a Comunidade com o Go­ verno da Provincia ou Delega9ao e com as ou­ tras Comunidades da Provincia, da Delega9ao e de toda a Congrega9ao.
2. Tenda a Comunidade disponivel para o servi90 da lgreja particular e pronta para cola­

borar de born grado com as associa9oes de lei­ gos.

105. 0 Superior representa, por direito pr6- prio, a Casa ou a Comunidade e faz as suas ve­ zes em todos os atos juridicos, quer canonicos, quer civis, mas seguindo a norma do Direito universal e do nosso pr6prio.

##### 81



1. 0 modo de designar os Superiores lo· cais e determinado pelo Capftulo Provincial em cada Provrncia. A designa9ao pode ser feita por nomea9ao pelo Superior Provincial com o seu Conselho ou por elei9ao feita pela Comunidade. Em ambos os casos deve-se proceder segundo as normas do Direito.

Nas Delega9oes independentes e em cada uma das Casas Generalfcias o modo de desig· na9ao e determinado pelo Governo Geral.

A nomea9ao ou elei9ao do Superior local e para um trienio. Transcorrido este tempo, pode· ra ser confirmado para um segundo trienio e, por razoes especiais, para um terceiro trienio na mesma casa, a teor do Direito.

1. Em todas as Casas e Residencias haja ainda um Vice-Superior e um Economo. No mo­ do de designa-los, proceda-se da mesma forma que para os Superiores locais. Estes desempe·

nham o oficio de Consultores a norma do Direi·

to e, juntamente com o Superior, assumirao aqueles oficios que nao podem ser exercidos nem facil nem oportunamente por toda a Comu· nidade. Ajudem, alem disso, o Superior na pro· mo9ao da vida e missao da Comunidade.

1. E pr6prio do Vice-Superior fazer as vezes

do Superior que cessa seu mandato, esta au· sente ou impedido. 0 principal dever do Econo· mo e procurar 0 bem dos irmaos e da missao

### 82

com espirito de servi90, tendo cuidado das coi­ sas temporais da mesma Comunidade; para es­ te f im pode fazer despesas e os atos de admi· nistra9ao ordinaria. Observe fielmente a pobre· za, evitando ao mesmo tempo a prodigalidade e a avareza no uso do dinheiro.

109. Nas missoes, o Superior Maior com seu Conselho, ouvidos os membros, determinara o modo da designa9ao do Superior, do Vice­ Superior e do Economo. 0 Superior local pode desempenhar o cargo de Economo. Alguma vez as casas podem ser constitufdas e governa­

das segundo o que se prescreve para as resi· dencias.

1. A reuniao plenaria, que nasce da mesma natureza da Comunidade local, compoe-se de todos os irmaos professos da Comunidade. Ne­ la a Comunidade toma parte e se torna cons­ ciente dos compromissos que se devem reali·

zar e da dire9ao, avalia9ao e discernimento a respeito do que se refere a sua pr6pria vida e do

que se ha de fazer. A pr6pria Comunidade esta· bele9a o modo e a freqOencia dessa reuniao, que se deve ter ao menos uma vez no mes.

##### 83

Capitulo XVI GOVERNO DA COMUNIDADE

PROVINCIAL

1. As Provfncias e as Delegagoes, que se chamam Organlsmos Maiores, formam parte de uma (mica Congregagao. Deste modo a mis­ sao universal da Congregagao e participada or­ denadamente e a uniao das Comunidades en­

tre si e com toda a Congregagao se obtem mais eficazmente. Por isso, a frente das Provfncias e

Delegagoes sao colocados Superiores que sao vfnculo de unidade e tambem de comunhao com toda a Congregagao sob a diregao do Su­ perior Geral.

Art. 1 - *Superior Provincial*

*e seu Conselho*

1. O Superior Provincial, alem dos requisi­ tos determinados pelo Direito universal, seja um homem escolhido, cheio de zelo apost61ico

e comprovada f idelidade para com a lgreja e a Congregagao, a qual esteja incorporado pela

profissao perpetua ao menos de ha clnco anos.

1. Os deveres do Superior Provincial sao os que seguem:
2. Manter a Provincia preparada para o servi- 90 da lgreja, principalmente em seu territ6rio, segundo as linhas da pastoral de conjunto, conservando, entretanto, a unidade do carisma com toda a Congregagao.
3. Estimular e orientar a vida missionaria em cada uma das Comunidades e corrigir com cari­ dade os abusos que talvez se tenham introduzi­ do.
4. Fomentar com estruturas adaptadas de comunicagao e participagao a responsabilida­ de das Comunidades na missao da Provincia.
5. Conhecer bem os membros da sua Provin­ cia. Para lsso, alem da visita canonica, que se deve fazer pelo menos cada dois anos, visitar mais frequentemente todas as Casas.
6. Empenhar-se para que toda a Provfncia se torne consclente e responsavel pelo aumento das vocagoes e se empregue a maxima diligen­ cia no progresso dos formandos e dos demais religiosos.
7. Cumprir as exigencias de uma plena co­ munhao com o Superior Geral e executar cuida­ dosamente tudo o de que ele o encarregar.
8. Promover o servigo missionario da palavra, tambem quando exercido pelos nossos atraves de escritos, e dar-lhes a necessaria autorizagao para que possam editar escritos que versam sobre questoes de religiao e de costumes, se-

84 85



gundo a norma do Direito.

1. 0 Superior Provincial e eleito, prev1a consulta a todos os membros da Pr\_ovlncia, du­ rante o Capftulo Provincial por maioria absolu­ ta de votos, segundo a norma do nosso Direito, e e confirmado pelo Superior Geral com o seu Conselho.

0 Governo Geral tern faculdade de permitir a uma Provlncia, cujo Capltulo o pedir expressa­ mente, que o Superior Provincial seja designa­ do de outros modos, segundo a norma do nos­ so Direito.

Tanto nas Provlncias formadas coma nas Provlncias em formagao, o Superior Maior e eleito ou designado para o tempo determinado em nossa legisla<;:ao.

1. 0 Superior Provincial e auxillado pelos *Consultores.* Com estes trata freqOentemente do estado da Provlncia e examina os assuntos de maior importancia. Os Consultores expri­ mem sua participagao no governo sobretudo pelo voto deliberativo ou consultivo, conforme os casos. Procurem assistir em tudo ao Supe­ rior Provincial, salva a liberdade de avisa-lo e ate mesmo de informar o Superior Geral, se for preciso.
2. Os Consultores Provinciais, que devem ser dais pelo menos, sao eleitos ou designados do mesmo modo que o Superior Provincial, se-

86

gundo a norma do nosso Direito e seguem-lhe a sorte quanta a duragao do cargo.

1. O Superior Provincial escolhera dentre os Consultores designados o Vice-Provincial, que sera o primeiro entre os Consultores e, alem das delegagoes que o Superior Provincial lhe confiar, fara as vezes do mesmo Superior que cessa seu cargo, esta ausente ou impedi­ do. 0 Economo Provincial, ainda quando nao for Consultor, sera eleito ou designado do mes­ mo modo que os Consultores. Suas qualidades, direitos e deveres devem ser, no ambito da Pro­ vlncia, os mesmos que os determinados para o Economo Geral.

0 Secretario Provincial e designado pelo Su­ perior Provincial, segundo a norma do nosso Direito.

Art. 2 - Superior de Delega<;ao e seu Conselho

I

1. Os Superiores das Delega<;:oes indepen­ .1 dentes devem ter as mesmas qualidades que I os Superiores Provinciais. Sao nomeados para

determinado perlodo de tempo pelo Superior II

Geral com o seu Conselho. Suas faculdades 11

I

I

habituais sao determinadas em nosso Direito; porem, em sua aplica<;:ao dependem de modo I

particular do Superior delegante, que pode con- I

87 I

!

# I

!

ceder-Ihes outras· a seu juizo.

1. Os Superiores das Delegac;oes depen­ dentes, cuja circunscric;ao faz parte de alguma Provincia, sao nomeados para determinado pe­ riodo de tempo pelo Superior Provincial com o seu Conselho. Mas essa nomeac;ao precisa ser aprovada pelo Superior Geral. Seus direitos e deveres sao indicados na nomeac;ao.
2. 0 Superior da Delegac;ao tern dais Con­ sultores, que podem exercer os cargos de Eco­ nomo e Secretario. Sao nomeados do mesmo modo que o Superior Delegado.

###### Art. 3 - Superior da Missao

*e seu Conselho*

1. 0 Superior da Provincia ou Delegac;ao que se chama Missao e os seus Consultores e Oficiais sao constituidos segundo as mesmas normas. Mas par um direito excepcional, caso se trate de Provincia e o bem da Missao o exigir, podem tambem ser nomeados pelos Su­ perior Geral e o seu Conselho, ouvidos os mem­ bros da Missao.

Art. 4 - *Capftulo Provincial*

1. 0 Capitulo Provincial e o 6rgao de gover­ no que representa a Provfncia e exprime a parti-

cipac;ao, a co-responsabilidade e a comunhao de toda a Provfncia. Realize-se com o maxima cuidado, de tal forma que, grac;as a ele, a Co­ munidade Provincial consiga no mais alto grau o vigor intimo da vida missiunaria e se adapte e

se mantenha aberta a Comunidade Geral do

lnstituto.

1. 0 Capitulo Provinc1al sera convocado pelo Superior Provincial, ouvido o Superior Ge­ ral a respeito do tempo e lugar de sua realiza­ c;ao. 0 Capftulo Ordinario sera realizado quan­ do se deve eleger o Superior Provincial. 0 Ex­ traordinario, sempre que o exigir o bem espiri­ tual ou temporal da Provfncia, a juizo do Gover­ no Provincial; aprovado pelo Superior Geral com seus Consultores.
2. Tomam parte no Capitulo Provincial:
3. 0 Superior Geral ou o seu Delegado coma Presidente.
4. 0 Superior Provincial com os Corisultores, o Economo e o Secretario, ainda quando estes nao sejam Consultores.
5. Os Superiores locais.
6. Tantos Delegados - dos quais o modo de eleic;ao e determinado pelo nosso Direito -

quantos sejam os Superiores locais na Provin­ cia.

1. Todos os que o ultimo Capitulo Provincial tiver concedido ao Superior Provincial com o

88 89

seu Conselho designar.

125. 0 Capftulo Provincial:

1. Examina o estado da Provfncia para deter­ minar o programa de ac;:ao em vista do futuro.
2. Aplica as normas e diretrizes do Capft-ulo

Geral conforme as circunstancias peculiares de lugares e pessoas, quanto a Vida missiona·

ria, tendo em conta o trabalho em conjunto com o clero diocesano e rellgioso.

1. Elege o Superior Provincial, seus Consul­ tores e Economo, ou determina outro modo de designa-los, segundo o nosso Direito.
2. Determina o modo como devem ser desig­ nados os Superiores, os Vice-Superiores e os Economos locais, segundo as op96es previstas em nosso Direito.
3. 0 Capftulo Provincial e Capftulo no sen­ tido pr6prio e estrito e seus decretos tern forc;:a jurfdica. Mas estes necessitam da aprovac;:ao do Superior Geral com o seu Conselho.
4. Convem que os Superiores Maiores con­ greguem assembleias dos Superiores e de ou­ tros membros, e ate de toda a Provfncia junta­ mente com o seu Conselho provincial ou da De­ lega9ao, no tempo e modo convenientes.

##### 90

Capitulo XVII VISITADORES

1. A Visita dos Superiores Maiores, como ato extraordinario de governo, se determina pe­ lo Direito universal e pelo nosso, para que se fortifique o vfnculo de uniao na Congregac;:ao e a sua vida e missao se dirijam ao seu fim.
2. 0 Visitador tome parte na vida quotidia· na com os irmaos, procure conhecer as suas di· ficuldades e desejos, ouc;:a-os de boa vontade, e assim promova a cooperac;:ao de todos para o bem do lnstituto e da lgreja.
3. Nas Visitas, fac;:a-se a reuniao plenaria da Comunidade para fomentar a uniao e a fra­ ternidade, para definir e esclarecer a missao pr6pria e particular da Comunidade. lgualmen· te para se inquirir se os pianos anteriores fo· ram ou nao cumpridos e para determinar as di·

retrizes futuras de vida e ac;:ao; e finalmente, pa· ra estimular as mentes e vontades de todos a fi·

delidade.

1. As disposi96es dos Visitadores consti­ tuem o epflogo do dialogo de visita no qual, alem daquelas coisas que talvez se devam avi­ sar ou corrigir, todos sejam confirmados na

##### 91

alegria da voca9ao missionaria e se proporcio­

nem a Comunidade novos estimulos e suges­ tOes pastorais.

1. 0 Superior Geral fara com o devido em­ penho a Visita das Casas e Residencias da Congrega9ao, por si mesmo ou por meio de um Delegado, pelo menos cada seis anos. Por si mesmo, quanto seja possivel, visitara mais fre­ qOentemente a Curia e as Casas de forma9ao das Provincias.
2. 0 Superior, legitimamente impedido de fazer as Visitas determinadas nas Constitui- 96es, podera, ouvido o seu Conselho, delegar a outra pessoa idonea do mesmo lnstituto.
3. Alem da Visita de offcio, convem que os Superlores Maiores reallzem de quando em quando outras visitas, especialmente as casas de forma9ao.

Capftulo XVIII

GOVERNO DA COMUNIDADE GERAL

1. Nossa Congrega9ao manifesta o dom do Espirito, aprovado pela lgreja, no qual todos fomos chamados a realizar ordenadamente a missao universal. Mas uma Comunidade de missao requer para si uma constitui9ao organi­ zada para melhor se conservar a comunhao de todos os membros e mais aptamente coorde­ narem-se as atividades e projetos de cada um.

Art. 1 *-Superior Geral*

1. Para que toda a Congrega9ao cumpra fielmente sua missao, e dirigida por um Supe­ rior Geral que antes de tudo cuidara em manter pronta a Congrega9ao para o servi90 da lgreja e de todo o genera humano conforme as neces­ sidades dos tempos e lugares. Ele e, pois, Sinai de comunhao e vlnculo de unidade em toda a Congrega9ao, sobre a qual exerce a suprema autoridade com poder ordinario.
2. 0 candidato a elei9ao para Superior Ge­ ral, alem dos requisitos prescritos pelo Direito universal, deve ser uma pessoa de comprovada

### 92 93

prudencia, capacidade, zelo apostolico, amor a Congrega9ao, observancla das Constitui9oes e exercfcio das virtudes. Seja ainda professo per­ petuo ao menos de ha cinco ano::,.

138. 0 deveres do Superior Geral sao:

1. Dirigir eficientemente a Congrega9ao ao seu fim apost61ico e promover nela o vigor da vida religiosa.

1. Alimentar o espfrito de comunhao fraterna na vida e no ministerio da Congrega9ao e pro­ mover entre todos um trabalho unido.
2. Executar as diretrizes e a vontade do Capf· tulo Geral e esclarecer o nosso carisma.
3. Procurar a conserva9ao e o crescimento da Congrega9ao, promover em todas as partes . as voca9oes e zelar pela forma9ao dos nossos.
4. Procurar com verdadeiro zelo apost61ico a difusao da Congrega9ao, sobretudo nas mis­ soes.
5. Fomentar, por meio de estruturas adequa­ das de comunica9ao e participa9ao, a respon­ sabilldade dos Superiores Maiores na missao tanto da Provincia como de toda a Congrega- 9ao.
6. Promover, quanto possivel, o bem espiri­ tual e temporal dos membros da Congrega9ao e excardina-los ou incardina-los, segundo as necessidades da missao da Congrega9ao.
7. Levar a termo as Visitas Gerais por si ou

##### 94

por Delegados, e presidir aos Capitulos Provin­ ciais.

1. Agenciar por si ou por outros os interesses da Congrega9ao junto a Se Apost61ica.
2. 0 Superior Geral e eleito no Capitulo Ge­ ral por maioria absoluta de votos para seis anos. Transcorridos estes, podera ser eleito pa­ ra outro sexenio tambem por maioria absoluta de votos. Para que a sua elei9ao possa ser feita para um terceiro sexenio, requerem-se dois ter- 9os dos votos.
3. A elei9ao do Superior Geral deve proces­ sar-se de forma verdadeiramente canonica e no modo legitimamente determinado. Feita esta, o Presidente do Capitulo anunciara o nome do escolhido e, por meio da f6r'mula prescrita, o declarara eleito. lmediatamente todos presta­ rao reverencia ao Superior Geral.
4. Se, porem - o que Deus nao permita!

-, fosse necessario destltuir o Superior Geral do seu cargo, pela razao de que, a jufzo do Vice­ Geral e dos Consultores Gerais, o seu governo

se tenha tornado prejudicial a Congrega9ao,

comunique-se o caso a Santa Se. Antes que o

Capitulo Geral se reuna para destituir o Supe­ rior Geral, procure-se com bondade aconselha­ lo a renunciar espontaneamente ao cargo.

1. Vacante o cargo de Superior Geral por falecimento ou renuncia ou destitui9ao, o Vice-

95

Geral ou, na falta deste, o primeiro a segulr, na ordem dos Consultores Gerais, convocara na forma legitimamente estabelecida o Capltulo Geral para a eleigao do Superior Geral.

**Art.** 2 - *Vice-Geral e-demais*

Consultores Gerais

1. Os Consultores Gerais sao verdadeiros

cooperadores do Superior Geral e, juntamente com ele, constituem o Governo Geral da Con­

gregagao e exprimem a fraternidade e a missao apost61ica de toda a Congregagao.

1. Para o cargo de Consultor Geral pode ser eleito qualquer professo de votos perpetuos

que se distinga especialmente pela prudencia, espirito missionario, amor a lgreja e a Congre­

gagao, aptldao em conseguir e conservar a uni­ dade de agao com os companheiros de gover­ no.

1. Os Consultores Gerais, que sempre Mo de ser pelo menos dois, sao eleitos no Capltulo Geral em forma verdadeiramente canonica mas em numero e no modo legitimamente de'. terminado, procedentes de diversas regioes do mundo, nas quais a Congregagao esta .estabe­ leclda. Sao eleitos para o mesmo perlodo de tempo que o Superior Geral e com ele cessam. Mas podem ser reeleitos. Vlndo a faltar algum

### 96

deles, deve ser nomeado outro pelo Superior Geral com os demais Consultores.

1. Dentre os Consultores Gerais o Superior Geral nomeia um que seja Vice-Geral. Este e o . primeiro entre os Consultores e, alem das dele­ gagoes que o Superior Geral lhe confiar, faz as vezes deste Superior quando cessa seu manda­ to, esta ausente ou impedido.
2. Os deveres especiais dos Consultores Gerais sao:

1. Tratar das coisas de maior importancia com o Superior Geral e ajuda-lo no governo da Congregagao.

2. Levar a efeito a programagao a realizar-se proposta pelo Capltulo Geral ou preparada pelo mesmo Governo.Geral.

1. lmpulsionar e animar os Organismos Maiores e suas federagoes e ainda, quando conveniente, cada uma das Comunidades.
2. Examinar e avaliar o andamento da vida missionaria da Congregagao e igualmente ma­ nifestar o que e mais urgente e prioritario na realizagao da nossa missao.

5. Admoestar o Superior Geral, com o devido respeito, separadamente ou em conjunto, acer­ ca de coisas que talvez tenha feito menos reta­ mente.

148. Os Consultores Gerais manifestam a sua participagao no Governo da Congregagao

#### 97

:

sobretudo pelo voto deliberativo ou consultivo. Requer-se o voto deliberativo no Conselho Ge­ ral sempre que abertamente se dlz no Direito universal ou no pr6prio nosso, ou o assunto de que se trata e encomendado ao Superior Geral· com seu Conselho ou tambem ao Governo Ge­ ral para resolver. 0 Superior Geral e obrlgado a pedir o voto consultivo dos Consultores quan­ do se diz expressamente no Direito universal ou no Direito pr6prio. Todavia, convem que ele o pec;:a nos casos mais graves e obscuros que possam acontecer.

Art. 3 - *Oficiais Gerais*

149. 0 Economo e o Secretario sao oficiais Gerais da Congregac;:ao.

150. 0 *Economo* Geral e eleito pelo Capitulo Geral e esta incluido entre os Consultores Ge­ rais. Seus deveres sao:

1. Administrar, sob a dlrec;:ao do Superior Ge­ ral, os bens temporais da Congregac;:ao com es­ pfrito de justlc;:a, carldade e pobreza, a servic;:o de toda a Congregac;:ao e de seus membros.
2. Empregar as doac;:oes e legados nos usos designados pelos benfeitores ou, faltando essa designac;:ao, usar deles segundo as normas que lhe tiverem sido dadas pelo Superior Geral com ou sem o seu Conselho, segundo os casos.

##### 98

1. Prestar conta, ao menos uma vez ao ano, ao Governo Geral da administrac;:ao dos bens da Congregac;:ao, do seu estado, rendimentos e

USO.

151. 0 *Secretario* Geral pode ser designado pelo Superior Geral dentre os Consultores. Pa­ ra se poder nomear Secretario Geral outra pes­ soa estranha ao Governo Geral, necessita o Su­ perior Geral do consentimento dos seus Con­ sultores. 0 secretario deve estar dotado de so­ licitude, prudencia e amabilidade.

152. Para o servic;:o de toda a Congregac;:ao podem ser constitufdos ainda outros cargos e oficios sob a d'irec;:ao do Governo Geral, conf or­ me a norma do nosso Direito.

Art. 4 - *Capftulo Geral*

153. 0 Capftulo Geral - em obediencia ao Espfriro e fidelidade total ao nosso carisma missionario aprovado pela lgreja - e a autori­ dade suprema na Congregac;:ao a servic;:o do ca­

risma em prol dos coirmaos. E ainda a maxima

expressao da comunhao de vida e de missao de toda a Congregac;:ao. Representa autentica­ mente a Congregac;:ao inteira e exprime cole­ gialmente a participac;:ao e o empenho de todos os irmaos na vida e atividade da Congregac;:ao na lgreja.

##### 99

1. O Capitulo Geral e convocado pelo Su­ perior Geral. O Capitulo Geral ordinario cele­ bra-se todas as vezes que se deve proceder a eleigao do Superior Geral. 0 extraordinario sempre que, a criterio do Superior Geral e dos Consultores, parega necessario para a missao, incremento, dilatagao ou renovagao da Congre­ gagao, ou por outra qualquer causa que lhe se­ ja sumamente util.
2. 0 Capitulo Geral, com a mente voltada para o Senhor e para as aspiragoes de toda a Comunidade, trata dos assuntos atinentes a to­ da a Congregagao. Por isso:

1. Examina atentamente o estado da Congre­ gagao e promove solicitamente sua renovagao e atualizagao, propondo programas de agao.

1. Aplica a Congregagao a doutrina da lgreja sobre a vida religiosa e sobre o apostolado.
2. Exerce o dever do magisterio a respeito do patrimonio espiritual da Congregagao.
3. lnterpreta de modo declarativo as duvidas e dificuldades que surgirem quanto ao sentido e a observancia das Constituigoes.
4. Promulga os decretos e disposi96es que pare<;:am necessarios ou oportunos.
5. Compete ao Capitulo Geral eleger o Supe­ rior Geral e seus Consultores.

156. Tomam parte no Capitulo Geral:

1. 0 Superior Geral como Presidente, os Con-

##### 100

sultores e Oficiais Gerais.

1. Os Superiores Provinciais.
2. Um Vogal de cada Provincia e um Vogal de cada Delegagao lndependente.
3. Quantos tenham sido estabelecidos no ul­

timo Capitulo Geral, para representa9ao pro­ porcional ao numero de membros de cada Pro­ vfncia.

1. Quantos o Capftulo precedente' tenha de­

terminado para representa9ao das Casas Ge­ neralfcias e quantos tenha permitido ao Supe­ rior Geral com o seu Conselho designar.

ANOTAQOES A RESPslTO DESTAS CONSTITUIQOES

1. A Santa Se reserva-se a interpreta9ao autentica destas Constitui96es. Para se modif i­ carem as suas normas e necessaria uma deci­ sao do Capftulo Geral por dois tergos dos votos, com a aprovagao da Santa Se.
2. Os membros da Congregagao estao obrigados as prescrigoes destas Constituigoes, para crescer no caminho do Senhor e no servi- 90 do Reino de Deus. A forga desta obrigagao depende da natureza de cada uma das prescri­ goes. A lgreja exorta-nos encarecidamente procurarmos com interesse o vigor da nossa v1- da missionaria atraves das Constituigoes.

##### 101

FORMULA DA PROFISSAO

*Pela qua/ nos consagramos* a *Deus e nos incorporamos a Congrega<;ao*

1. Eu, ..., respondendo a vocac;;ao divina, quero procurar com o maior empenho a gl6ria de Deus, consagrar-me a ele plenamente e se­ guir mais de perto a Cristo nosso Senhor como os Ap6stolos no ministerio da salvac;;ao dos ho- . mens de todo o mundo.

Por isso, na presenc;;a da familia de Deus aqui reunida, por tuas maos, padre..., consagro-

. me no Espirito Santo a Deus Pai, por seu Filho Jesus Cristo, e me entrego em especial servic;;o ao lmaculado Corac;;ao de Maria para realizar o objetivo para o qual esta Congregac;;ao foi constitufda na lgreja.

Por conseguinte, fa90 voto a Deus de CASTl­ DADE, POBREZA e OBEDIENCIA para sempre (por um ano - por tres anos) e prometo viver na comunidade de vida apost61ica desta Congre­ gac;;ao de Missionarios Filhos do lmaculado Co­ rac;;ao de Maria de acordo com as suas Consti-

tuic;;oes, que observarei com todo o cuidado possivel.

Pe90-vos, pois, irmaos, que vos digneis ser

testemunhas da minha prof issao.

Rogai por mim, para que no servi90 de Deus e da lgreja eu seja fiel ao espirito do Fundador, Santo Antonio Maria Claret, e alcance a carida­ de perfeita.

AMEM.

102 103

#### iNDICES

##### 105



**INDICE DOS LUGARES DA SAGR ADA ESCRITURA**

DO ANTIGO TESTAMENTO

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | nn.CC. |  | nn.CC. |
| Num 14,19 | 34 | 61, 1 | 39 |
| Prov 15, 5 | 18 | 61,1-2 | 3 |
| Ecli 3,14 | 18 | Ez 4,4-8 . | 34 |
| Is 6,5-8 | 63 | 22,30 | 34 |

DO NOVO TESTAMENTO

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| 1.20 | 3 | 10,7-10 | 25 |
| 4.1 | 53 | 10,37 | 49 |
| 4,23 | 3 | 10,40-42 | 17 |
| 5,1-12 | 4 | 10,42 | 80 |
| 5,3 | 24 | 11,29 | 42 |
| 5,4 | 42 | 12,36 | 64 |
| 5,6 | 51 | 16,24 | 43 |
| 5,6.10 | 81 | 18,15 | 55 |
| 5,48 | 4 | 19,11-12 | 20 |
| 6,13 | 53 | 19,29 | 20 |
| 6,33 | 24 | 20,28 | 30.41. |
| 9,35 | 3 |  | 81. |
| 9,38 | 58 |  |  |
|  |  |  | 107 |

Mt

23,9 49 Le 10,39 34 19,27 61 4,i 2 26

24,42.44 53 11,1-13 33 4,15 21

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 25,14-30 64 12,31 26 | | | | | | At | 1,21 | 59 |  | 6,14 | 43 |
| 25,32.36.39 18 14,26 22 | | | | | |  | 2,32 | 3.40 |  | 6,20 | 43 |
| 25,34-40 44 16,2 64 | | | | | |  | 2,44 | 26 |  | 7,7 | 20 |
| 18,29-30 22 | | | | | |  | 4,2 | 3 |  | 7,32-35 | 20 |
| Mc 1,14 3 20,35-38 20 | | | | | |  | 4,32 | 10.26 |  | 9,15-18 | 26 |
| 1,35 33 21,36 33 | | | | | |  | 3,15 | 40 |  | 9,19-23 | 48 |
| 3,13-14 3 22,27 41 *(* 4,18-21 46 9,22 83 | | | | | | | | | | | |
| 6,7-9 | | 25 |  | 22,28 | 53 |  | 6,3.5 | 81 |  | 10,13 | 53 |
| 8,35 | | 44 |  |  |  |  | 6,8 | 81 |  | 10,16-17 | 12 |
| 10,45 | | 41 | Jo | 1,13 | 21 |  | 7,55 | 81 |  | 10,31 | 66 |
| 12,29-31 | | 10 |  | 1,16 | 39 |  | 7,55-58 | 81 |  | 11,7 | 15 |
| 13,37 | | 53 |  | 1,41-43 | 58 |  | 8,35 | 81 |  | 12,4-11 | 72 |
| 16,15 | | 4 |  | 3,16-17 | 3 |  | 10,38 | 39 |  | 12,7 | 17 |
|  | |  |  | 4,34 | 28 |  | 16,7-10 | 48 |  | 12,7-11 | 78 |
| Le 1,34-37 | | 20 |  | 5,30 | 28 |  |  |  |  | 12,25 | 15 |
| 1,38 | | 28 |  | 5,30 | 30 | Rom | 1,17 | 62 |  | 13,1 | 40 |
| 1,48-55 | | 23 |  | 10,11-17 | 84 |  | 3,24 | 51 |  | 13,4-7 | 15 |
| 2,19 | | 37 |  | 10,30 | 10 |  | 5,3 | 44 |  | 15,13-15 | 3 |
| 2,49 | | 3 |  | 11,25 | 45 |  | 5,5 | 10 |  | 15,31 | 42 |
| 4,18 | | 3 |  | 13,14-17 | 4 |  | 6,2 | 38 |  | 15,49 | 15 |
| 5, 11 | | 23 |  | 13,34-35 | 4 |  | 6,4 | 52 |  |  |  |
| 6,12 | | 33 |  | 14,31 | 40 |  | 8,15 | 34 | 2Cor | 3,4-6 | 73 |
| 6,36 | | 4 |  | 15,8 | 41 |  | 12,6 | 78 |  | 4,16 | 18 |
| 6,20-23 | | 4 |  | 15,12 | 15 |  |  |  |  | 5,14 | 34.42 |
| 9,58 23 17,3 3 1Cor 1,27 63 5,21 38 | | | | | | | | | | | |
|  | 9,60 | 58 |  | 17,9-26 | 34 |  | 2,1-7 | 46 |  | 6,4 | 85 |
|  | 10,5 | 17 |  | 17,20-22 | 10 |  | 4,4 | 16 |  | 8,9 | 23 |
| 108 |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  | 109 |

11,2

11,7-15

11,16-33

12,9-10

12,13

Gal 2,19

2,20

4,4

6,2

6,14

Ef · 4,3

4,13

5,2.25

5,30

6,11

6,12

Fil 1,6

2,8

2,5·9

Col 1,18

1,19

1,24

3,10

##### 110

42

26

44

63

26

40

39

3

15

9.44

17

51

40

15

53

21

51.63

28

41

80

39

45

15

2Tes 3,7-14

1Tim 2,4

2Tim 1,9

2,10

3,14-17

Heb 5,1

10,7

13,2

Tg 1,2

1Pd 2,11

2,13

2,21

2,24

2Pd 1,10

1Jo 2,16

2,20.27

3,16

3Jo 8

26

46

51

44

37

83

28

17

53

43

31

45

44

60

46

39

30.44.84

80

r

iNDICE ANALiTICO· ALFABETICO

Sao *citados os numeros marginais das Constitui9oes*

ABNEGQAO DE SI MESMO: cultiva-la diligen­ temente, 43.

AQOES PASTORAIS: gular-se nestas pelo espi­ rito da lgreja, 85.

ADMINISTRAQAO: dos pr6prios bens, 27; dos bens da Congregagao, 99,100,150.

ADMISSAO de candidates: fomento das vo­ cagoes, 58; processo de discernimento, 59; declaragao sabre retribuigao dos traba­ lhos, 59.

ALIMENTOS: formas de temperanga a es­ colher, 43.

AMIZADE: nao lesa-la, 16.

AMOR: a SS. Virgem Maria, 8,36; mutuo, 15ss.;

aos anciaos e enfermos, 18; desordenado para com a familia e Patria, 49; (ver **Carida· de fraterna).**

ANCIAOS: amor e respeito para com os mesmos, 18.

##### 111

APOSTOLADO: exercite-se praticamente sua tecnica durante a forma9ao, 75; e o Capitu­ lo Geral, 155,2.

APOSTOLOS: fomos chamados a semelhan9a

deles, 3-4, 10,23; participa9ao do seu ministerio, 82; Compadroeiros da Congre­ ga9ao, 35.c.

ASS EMBLEIA: da Comunidade local, 110,130

(ver **Reuniao);** dos Superiores e de toda a Provincia, 127.

ASSOCIADOS: ao nosso apostolado, cf. 7,48. ASSUNTOS A TRATAR: no Capitulo Geral, 155;

no Capitulo Provincial, 122; na reuniao ple­ naria da Comunidade, 110; reservados ao Conselho local, 107.

AUSENCIA: do Novi90 da casa do Noviciado, 69; dos Superiores e sua suplencia, 108,117,146.

AUTORIDADE: exerce-la ordenadamente, 95-96; com espfrito de servi90, 30; dos Superiores para decidir e mandar, 30; interven9ao de um Superior mais elevado, 95.

BENS: - **temporais:** sao meios para a finali· dade apost61ica, 99; e para as necessida· des do Povo de Deus, 25; pessoas juridicas que podem adquirir e administrar, 100; co­ mo se deve administrar, 99,150; evite-se o luxo, lucro imoderado e acumula9ao, 25;

112

USO dependente, 26; a disposi9ao dos de· mais, 25.

- **patrimoniais:** dominio radical, 27; aos professos perpetuos pode ser concedida a renuncia, 26; cessao da administra9ao, uso e usufruto, 27.b; testamento antes da prof issao perpetua, 27.c.

BIBLIOTECA: seja tida por todos com grande

estima, 56. I :

BISPOS: somos auxiliares e sob sua dire9ao

servimos a lgreja, 7,82.

CANDIDATOS: dever comum de fomentar as voca9oes, 58; processo de discernimento, 59; declara9ao sobre retribui9ao dos traba­ lhos, 59.d.

CAPiTULOS: por eles e dirigIda a Congrega9ao,

92.

* **Geral:** e a suprema autoridade 92,153; representa toda a Congrega9ao, 153; con­ voca9ao, 142; ordinario e extraordinario, 154; assuntos que nele se tratam, 155; elei- 9oes que nele se fazem, 155; quern deve assistir,156; seus decretos e disposi9oes, 155.5.
* **Provincial:** natureza e prepara9ao, 122;

convoca9ao do ordinario e do extraordina­ rio,123; participantes por razao de cargo,124.1-3; ou por delega9ao ou desig· na9ao,124.4-5; quern o preside, 124.1;

113

138.8; que assuntos se tratam, 125; seus decretos necessitam aprovac;ao do Supe­ rior Geral,126.

CARGOS: de-se llberdade para seu cumprimen­

to, 95; em seu cumprimento contribuir com todas as forc;as, 31.b; fim ou remoc;ao, 96; nao aceitar cargos de governo ecle­ siastico, 50; outros possiveis, 152.

CARIDADE: difundida pelo Espirito Santo, 10; informa nossa vida, 10; edifica a comu­ nhao, 10.

* **apost61ica:** a virtude mais necessaria

ao missionario, 40; devemos exercita-la, 83.

* **fraterna:** motivos, 10,15; e comunhao

fraterna de vida, 11; com o amor de Deus, edifica a comunidade, 1O.b; extensao, 11; significa e se realiza sobretudo na Eucaris­ tia e na orac;ao, 12; implica o exercicio de todas as virtudes, 15; defeitos contra ela, 16; com os de distinta opiniao e h6spedes, 17; com os anciaos e enfermos, 18; com os defuntos, 19; com os que safram, 60; trato fraterno, 54-55.

CARISMA: e objetivo da Congregagao, 2; busca-lo nas Constituigoes, 73; e dever do Superior Geral ilumina-lo, 138.3; e os Jo­ vens formandos, 73; diversidade de caris­ mas e ministerios, 17; virtudes segundo o carisma,39.b;e pastoral deconjunto, 113.1.

##### 114

CASAS: constituigao, 89; erec;ao e supressao, 91; e pessoa juridica, 100; quern a repre­ senta, 97,105; capacidade de adquirir e ad­ ministrar bens, 100; reserve-s uma parte da mesma s6 para seus membros, 57; mo­ do de designar seu governo, 106-107; o go­ verno das casas generalicias, 106.b; repre­ sentac;ao destas no Capitulo Geral, 156.5; as de "Missao", 109.

CASTIDADE: dom de Deus, 20,22; nos consagra ao servigo de Deus, 2; edif ica a comunida­ de, 21; sinal do amor e do mundo futuro, 20-21; fortalece-nos para o ministerio apost61ico, 21; seu objetivo, 22; meios oportunos para sua defesa, 21-22.

CATOLICIDADE: sentido que deve fomentar to­ do Missionario, 48; cf. 2,32,48,73,82.

CELIBATO: nos obrigamos a observ$-lo com novo tftulo, pelo voto, 22.a.

CIENCIA: progredir nela e na virtude, ao mesmo tempo, 56; cultivo das ciencias humanas e das sagradas, 56; os Estudantes cultlvem especialissimamente, antes de tudo, as sagradas, 72.

CLAUSURA: reserve-se uma parte da casa s6 para os membros da comunidade, 57.

CLERICAL: o e nosso lnstituto, 86. COLABORADORES: de born grado os associa-

##### 115

mos a n6s, 48. falecidos, oramos por eles, 19.

COMIDA: escolham as formas mais conformes

a temperan9a, 43.

COMUNHAO DE BENS: expressao de nossa po­ breza, 24-25, 98.

COMUNHAO: expressa-se visivelmente nos Su­

periores, 30; sao seu sinal o Superior Maior nas Provincias, 111; e o Superior Geral pa­ ra toda a Congrega9ao, 135; suprema ex­ pressao o Capftulo eral, 153.

COMUNIDADE MISSIONARIA: todos nos con­ gregamos em uma mesma, 7; expressa-se pela participa9ao fraterna, 12; colaborem todos na sua edifica9ao, 16; encarne-se nas condi96es da lgreja local, 14, 104.6; compartilhamos sua missao em diversos modos, 13; *deve* estabelecer seu regula­ mento interno, 57; aperfei9oa-se na Euca­ ristia, 12.

CONFISSAO: celebre-se frequentemente este

Sacramento, 38.

CONFIANQA: tenham-na grande em Deus os Novi9os, 63; nas tenta96es, 53.b; na San­ tissima Virgem Maria, 8.

CONFIRMAQAO de cargos de governo: os que necessitam, 106, 114, 116, 117, 119, 121.

CONFIGURAQAO com Cristo: necessidade, 89; como consegui-la, 39ss.

CONGREGAQAO: suscitada pelo Espirito San­ to, 86; sua funda9ao e seu nome, 1, 8; obje­ tivo, 2, 4; e ao mesmo tempo carismatica e instltucional, 86; seus membros, 7; sua missao, 46-47; e universal, 11; e institute verdadeira e plenamente apost61ico, 5; cle­ rical, 86; obediente ao Romano Pontffice mesmo em virtude de voto, 6; dedicada ao servi90 da lgreja em comunhao com os Bispos, 6; interven9ao da Virgem em sua funda9ao, 8; incorpora9ao nela, 70.

CONSAGRAQAO: a fazemos a Deus pela emis­ sao dos votos, 5,70, 159.

CONSELHO de governo: o tern os Superiores em todos os nfveis, 92; sua constitui9ao, cf. 107, 115, 120, 143, 148.

CONSTITUIQAO DA CONGREGAQAO: Organis­

mos de que consta, 87; Provincias e Dele­ ga96es, 88; Casas e Residencias, 89; "Mis­ soes'', 90, como se governa, 92; e pessoa juridica, 100.

CONSTITUIQOES: sua obriga9ao, 158; sua in­ terpreta9ao autentica toca a S.Se, 157; re­

quisitos para muda-las, 157; interpreta9ao das duvidas e diflculdades sobre seu sen­ tido e observancia, 155.4; nelas esta pro­ posto nosso carisma, 73.

CONSULTORES: Gerais, 143; quantos, 145;

qualidades, 144; dura9ao, 145; deveres,

##### 116 117

147; participa9ao no governo, 148; voto de­ liberativo e consultivo, 148; substitui9ao dos que cessam, 145.



* **Provinciais:** numero, 116; designa9ao,

116; seu oficio, 115; dura9ao, 116; nomea- 9ao do Vice, 177; assistem ao Capftulo Provincial, 124.2.

* **Locais:** quern, 107; seus deveres, 107- 108.
* **da Delegac;ao:** existencia e nomea9ao,

120; da "Missao", 121.

CORAQAO DE MARIA: sob este titulo temos co­ mo Patrona a Virgem Maria, 8; nos chama­ mos Filhos do Cora9ao de Maria, 1, 4, 8, 9, 159; na profissao nos entregamos a seu especial servi90, 71.b, 159.

CORREQAO FRATERNA: meio de progresso es­ piritual, 54; como faze-la, 55; dever dos Su­ periores, 104.4, 113.2, 131.

CRISTO: ungido para evangelizar os pobres, 3; juntou a Si, 12; e fundou a lgreja, 3.b; que­ remos segui-Lo em comunhao de vida, 4; seu seguimento, a regra suprema, 4.b; re­ presentamos sua pobreza, castidade e obediencia na prega9ao do Evangelho, 5; sua unidade com o Pai e o Espfrito Santo, modelo e exemplar de nossa uniao, 10; mo­ delo de nossos votos, 20, 23, 28; e de nos­ sa ora9ao, 33; nos deve impelir sua carida-

118

de, 34; nos aderimos a Ele na Eucaristia, 35; e com Ele morremos na Penitencia, 38; nos configuramos com Ele pelos votos e outras virtudes, 39-45; comunicamos seu

Misterio aos homens, 46; nos esfor9amos par chegar a maturidade da plenitude de

Cristo, 51; os Novi9os e os Formandos unam-se de todo cora9ao a Ele, 61, 73; e especialmente os Presbfteros, 83; deve­ mos segui-lo de perto, 159; contempla-lo assiduamente, 39.

CULTURA: manter a unidade de espfrito com os irmaos de diferentes culturas, 17; estimar a dos outros povos, 48; evitar o amor de­

sordenado a pr6prla, 49.

DECRETOS: do Capftulo Geral, 155; do Capftulo Provincial, 126; dos Visitadores, 131.

DEFEITOS e erros: reconhece-los e pedir per­ dao, 41.

DEFINIQAO: do Filho do Cora9ao de Maria, 9.

DEFUNTOS: sufragios e exequias a serem cele­ bradas, 19.

DELEGAQAO: **Dependente,** qual o e, 88; regime, 119-120; designa9ao dos Superiores locais, 106.

- **lndependente:** qual 0 e, 88; regime, 118-

120; designa9ao dos Superiores rocais, 106. DELEGADOS: ao Capftulo Geral, 156:3-5; ao Ca-

119

pftulo Provincial, 124.4-5; a trente de uma Residencia, 103; Superior de uma Delega­ gao, (ver **Superior).**

DEMISSAO: depois da protissao, 60; sejam aju­ dados com caridade, 60.c.

DESCANSO: seja assegurado a todos pelo re-

gulamento, 57. .

DIACONOS Missionarios: pertencem a consti­

tuigao da Congregagao, 7; slrvam no mi­ nisterio da palavra, da liturgia e da carida­

. de, 81; suscitem nos tieis o sentido de jus­ tiga, 81.

DIALOGO: na busca da vontade de Deus, 29; no processo de discernimento das vocagoes, 59; utlliza-lo nas Visitas, 131; antes da de­ missao de alguem, 60.

DIAS FESTIVOS: acomodar a oragao ao espiri­ to da. lgreja, 35.

DIREQAO espiritual: eticaz para o progresso espiritual, 54; ajuda aos tormandos, 73.

DISCORDIAS: entre os irmaos, evite-se, 16.

DISPONIBILIDADE de animo: para destinos e ministerios, 32, 48.

DfVIDAS: quern responde por elas, 101. DOAQOES: seu emprego, 150.2.

DOMfNIO RADICAL dos bens: conserva-se, 27; como se pode renunciar, 26.

DOM APOSTOLICO: receberam-no tambem ou­ tros, em comunhao conosco, 7.b.

ECONOMO-Geral: e Consultor Geral, 150; sua eleigao, 145, 150; seus deveres enquanto tal, 150; assiste ao Capitulo Geral, 156.1.

* **Provincial:** pode nao ser Consultor, 117; sua deslgnagao, 114, 117, 125.3; suas qua­ lidades, direitos e deveresl' 117; assiste ao Capitulo Provincial, mesmo nao sendo Consultor, 124.2.
* **Local:** que se tenha em toda Casa e Re­ sidencia, 107; e Consultor, 107; seu princi­ pal dever, 108; mcido de deslgna-lo, 107; nas"Missoes'', 109.,
* **da Delegaao:** designagao, 120.

ELEIQOES: no Capitulo Geral, 155.6; 139-140;

no Provincial, 125.3, 114, 116; na Reuniao Plenaria da Comunidade, 106-107.

ENFERMIDADE: suporta-la, pregando com o testemunho de vida, 45.

ENFERMOS: sofram humildemente a entermi­

dade, 45; deem testemunho, 45; recebam oportunamente o Sacramerito da Ungao, 45; visita-los e ajuda-los, 18; cuidado pas­ toral, 93.

EQUIPE: trabalho em, 13, 85, 138.2, ct. 144. EREQAO: das Casas, 91; das Provincias e Dele­

gagoes, 91.b.

ESCRITOS: promova-se este servigo missiona­ rio, 113.7; licenga necessaria para a publi· cagao de alguns, 113.7.

##### 120 121

ESCRITURA SAGRADA: le-la diariamente, 37.

ESPETACULOS: (ver Meios de comunicagao so· cial)

ESPERANQA: renovemos em n6s a da gl6rla fu­ tura, 52; manifeste-se em nossa castldade, 20; na vida dos novic;os, 63.

ESPIRITO SANTO: ungiu a Jesus para evangell­ zar os pobres, 3; guiou alguns a represen­ tarem o genera de vida de Jesus, 3.c; difun­ de a caridade em nossos corac;oes, 10.b; sua unc;ao em ordem a evangelizar os po­ bres, e participac;ao da plenitude de Cristo, 39; impelidos pelo seu fogo os Ap6stolos percorreram a terra, 40; e n6s procuremos que Deus seja conhecido e amado por to­ dos, 40.b; d6ceis a Ele na procura da vonta­ de de Deus, 65; diferente participac;ao se­ gundo o pr6prio dom, 72, 78; influxo no ministerio dos Diaconos, 81.b; os formari­

dos abram a sua ac;ao o corac;ao e a inteli­

gencia, 72.c.

ESTRUTURAS: de participagao e comunhao pa­ ra fomentar a responsabi Iidade, 113.3; 138.6.

ESTUDANTES: com os Presbfteros, Diaconos e lrmaos constituem a Congregac;ao, 7; preparem-se para desempenhar o servigo correspondente ao seu pr6prio estado na lgreja, 72; cultivem com toda diligencia as

122

ciencias, principalmente sagradas, 72.

EUCARISTIA: nela a vida fraterna tern seu signi­ ficado e se aperfeic;oa, 12; celebrac;ao dia­ ria, 35; visita, 35; tenhamos no corac;ao seu culto, 35b; e fonte de fortaleza, 35.b; na vi­ da dos Presbfteros, 83-84; na vida dos No­ vic;os, 61.

EVANGELHO: nele esta proposto a n6s o segui­

mento de Cristo, 4; nos examinaremos sa­ bre a fidelidade para com Ele, 37; devemos prega-lo a toda criatura, 4, 6, 46; (ver Minis­ terio, Missao).

EVANGELIZAQAO: e fun9ao primordial do nos­ so ministerio, 46, 50.

EXAME: sabre a fidelidade ao Evangelho, 37.

EXCARDINAQAO e INCARDINAQAO: corres­

ponde ao Superior Geral, segundo as ne­ cessidades da missao, 138.7.

EXERCICIOS ESPIRITUAIS: anuais, 52.

FAMILIA: deixa-la para o servic;o do Evangelho, 49; Claretiana: nela entram tambem outros, *'I.*

FAMILIARES: piedade para com os defuntos,

19.

FE: na vida dos Novic;os, 62; dos Formandos, 74, 77; renuncias para propaga-la, 48.c.

FIDELIDADE: a vocac;ao: 60, 67.

FORMAQAO: seja conforme a nossa "Ratio",

123

72; vele especialmente por ela o Superior Geral, 138.4; e o Provincial, 113.5; periodo da mesma, 72; e assunto de todos 76· meios, 73; os Formandos aprendam a ive; unidos a Cristo segundo nosso carisma, 73; ardam em zelo apost61ico, 74; adqui­ ram conhecimento dos homens e dos tem­ pos, 74; **Permanente,** 56.

FORMULA de Proflssao: de proclamac;ao do Superior Geral, 140; da Profissao de fe, 94.

GLORIA DE DEUS: objeto da Congregac;ao, 2; procurem-na em tudo os Novic;os, 66.

GOVERNO: pertence a func;ao do ministerio,

50; todos participem dele, 50, 93; deve apoiar-se em criterios da vida missionaria 93; seja exercido ordenadamente, 95-96;

com relac;ao a comuhidade, 93.

- sua constituic;ao Geral, 143; Provincial, 115; Local, 107.

GOZO: nas perseguic;oes e adversidades, 9, 44.

HABITO: observem-se as normas canonicas

57. '

HOMENS: amem a todos, 40; especialmente os que sofrem, 44.b.

HOSPEDES: conduta dos e para com eles, 17. HUMILDADE: fundamento da perfeic;ao, 41;

com respeito a Comunidade, 16; seu exer-

124

cicio, 41; na vida dos novic;os, 64.

T

IGREJA: fundada por Cristo, 3; estamos a servi· c;o, 72.c, 113.1; reconhece nosso carisma, 135; amor e fidelidade, 112, 144; toda a ac;ao pastoral seja segundo seu espfrito, 85; relacionamento com as igrejas locais, 104.6.

IMITAQAO de Cristo: desejo do missionario cla·

retiano, 9; na castidade, 20; na pobreza, 23; na obediencia, 28; na orac;ao, 33; na prati­ ca de outras virtudes, segundo nosso ca­ risma, 39-45; (ver **Cristo).**

INOVAQAO: das Casas e Provincias, 91.

INSTITUTO: o nosso e verdadeiramente apost6· lico, 5; (ver **Congrega ao).**

INSTRUMENTOS: Deus escolhe OS debeis, 63;

como fazer-nos validos para anunciar 0 Reino, 39; para continuar eficazmente os estudos, 56.

INTERPRETAQAO: autentica das Constitui·

c;oes, 157; das duvidas e dificuldades so· bre o sentido e observancia, 154.4.

INSTITUIQAO (sentido de): diante do mais ur­ gente, oportuno e eficaz, 48.a.

IRMAOS MISSIONARIOS: pertencem a consti·

tuic;ao da Congregac;ao, 7; seu carisma, 79; renovem-se constantemente no espirito, 80; participem na evangelizac;ao, 80; valor

125

apost61ico de sua colaborac;:ao, 80; prepa­ rem-se especif icamente para o servic;:o cor­ respondente na lgreja, 72.c.

JUIZOS: sobre os irmaos, 16.

LEITURA ESPIRITUAL: diariamente especial­ mente dos Livros Sagrados, 37.'

LEGADOS: seu emprego, 150.2.

LEIGOS: seu apostolado, 78; participam no dom apost61ico com a Congregac;:ao, 7; co­ laborac;:ao com suas associac;:oes, 104.6, 48.e.

LIVROS: (ver **Escritos).**

LITURGIA: nela nos e proposto o Misterio fn­ tegro de Cristo, 35; veneremos nela a Vir­ gem Maria, 36; servic;:o dos Diaconos per­ ma11entes, 81; os Presbiteros recitem a li­ turgia das Horas, 84; acomodar ao seu es­ pfrito a orac;:ao em certos tempos, 35.

MANSIDAO: sinal de vocac;:ao apost61ica, 42. MARGINALIZADOS: cuidado pastoral dos mes-

mos, 83. ·

MARIA SANTISSIMA: sua intervenc;:ao na fun­ dac;:ao, 8; e Patrona da Congregac;:ao, 8; so­ mos e nos chamamos Filhos de seu Cora­ c;:ao, 1, 8; amor e confianc;:a que lhe deve­ mos, 8; com obras de culto e piedade, 36;

',\

#### I

na profissao dos votos e nosso modelo, 20,23,28; na prof issao nos entregamos a seu Corac;:ao, 71; tomem-na os Novic;:os por Mae e Mestra, 61; os Formandos amem-na e A honrem como formadora de ap6stolos, 73.

MATURIDADE: requerida para a profissao per­

petua, 71; exige-se no Mestre de Novic;:os, 68; desenvolvimento nos Novic;:os, 68.c.

MEIOS: empregar todos os possfveis para dila­ tar o Reino de Deus, 6, 9, 48; discric;:ao no uso dos meios de comunicac;:ao social, 57.

MEMBROS da Congregac;:ao: esta os com­ preende a todos por comum vocac;:ao, 11; participam na missao da Comunidade, 12; diversos modos de participac;:ao, 13; aten­ c;:ao para com os h6spedes, 17; com os en­ fermos, 18; com os defuntos, 19.

MESTRE de Novic;:os: qualidades, 68; designa­ c;:ao, 68; formac;:ao dos Novic;:os, 68.c.

MINISTERIO DA PALAVRA: pertence a origem mesma da nossa Comunidade, 7; e nossa

especial vocac;:ao, 46, 71; promova-o o Su­ perior Provincial, 113.7; nele somos auxi­ liares dos Pastores, 6; com ele comunica­ mos aos homens o misterio fntegro de Cristo, 46; premio oferecido, 26; pec;:am os Formandos ser ministros idoneo$, 73.c.

MINISTERIOS sacerdotais: os Presbfteros este-

##### 126

I 127

jam sempre dispostos a prestar os auxilios pr6prios, 84.

MISS.AO DA CONGREGAQAO: a cumprimos to­ dos, 7; a expressamos e realizamos atra­ ves da obediencia, 29; cumpre-se suscitan­ do · e conf irmando comunidades de crentes, 47; participamos de diversos mo­ des na da Comunidade, 13; meios de realiza-la, 46-48.

"MISSOES": Organismos que podem com­ preender, 90; regime privilegiado, 90; de­ signagao do Superior Maior e Consultores, 121; do Superior, Vice e Economos lo­ cais, 109; regime de excegao para as Ca­ sas, 109; o Superior Geral trabalhe espe­ cialmente pela extensao da Congregagao nas "Missoes", 138.5.

MOBILIA: seja ao estilo dos pobres, 25. MORTIFICAQAO: abnegagao de si mesmo, 43-

44; temperan<;:a na comida e na bebida, 43.

MURMURAQAO: evite-se, e outros defeitos da lingua, 16.

NOVICIADO: comego, duragao e lugar, 69; au­ sencia da Casa de Noviciado, 69.

NOVIQOS: devem unir-se de todo coragao a Cristo, 61; tomem Maria Santfssima como Mae e Mestra, 61; guardem a vocagao e continuem o processo de discernimento,

128

64, 67; procurem antes de tudo uma *te* viva, 62; confianga em Deus, 63; humildade evangelica, 64; sejam d6ceis ao Espirito Santo em buscar a vontade de Deus, 65; sua razao de operar seja a gl6ria de Deus. 66; sua oragao, 66; sao encomendados a um Mestre, 68;

OBEDIENCIA: por ela pretendemos cumprir a vontade do Pai, 28; oferecemos a Deus a faculdade de dispor da pr6pria vida, 28; por ela nos conflguramos mais plenamente com Cristo, 28; podemos cumprir nossa missao, 29; objeto do voto, 28; autoridade em espirito de servigo, 30; seja pronta e perfeita, 31; nos faz disponiveis para ml­ nisterios e lugares; 32, 48; exposi<;:ao das dificuldades para obedecer, 31; ao Sumo Pontifice se deve tambem em virtude do voto, 6.

OBJETIVO DA CONGREGAQAO; 2.

OBJETOS PESSOAIS: sejam ao estilo dos po­ bres, 25.

OFICIAIS Gerais: quern sao, 149; sua designa­

<;:ao, 150-151.

OFICIO DIVING: recitagao, 35; incumbencia dos Presbiteros, 84.

OFICIOS: nao se admitam os de governo ecle­ siastico, 50; (ver **cargos).**

129

ORAQAO: Jesus, mestre e modelo dela, 4, 33; necessidade primordial a diaria, 37.b; com ela ajudemos os irmaos a buscarem a von­ tade de Deus, 29; assidua, 33; pela lgreja, 34, 35; mental diaria, 37; a liturgia alime.nta

nossa fraternidade, 12; nas tentac;:oes, 53; na vida dos novic;:os, 66; exercicios de pie­ dade e culto, 35, 36, 38; feita em nome da lgreja, 35, 84.

ORDEM - **domestica:** cada Comunidade tenha

a sua, 57; em sua organizac;:ao participem todos, 12; seu conteudo, 57;

- **sagrada:** por ela os Presbiteros se conf i­

guram com Cristo Sacerdote, 83.

PAI Celestial: envia a Jesus que se entrega por inteiro as coisas d'Ele, 3; nos propomos fa· zer sua vontade com o voto de obediencia, 28; os Superiores busquem antes de tudo a vontade do Pai, 30; abrac;:amos a castidade para consagra nos de todo corac;:ao as coisas do Pai, 20; cultivemos o espfrito de f ilhos adotivos, 34; sua lembranc;:a, estimu­ lo para delxar a familia, 49.

PALAVRA DE DEUS: nos chama a perfeic;:ao do Pai, 4; meditemo-la no corac;:ao, 37; ouc;:a­ mo-la para o discernimento da vocac;:ao, 59; devemos anuncia-la, 34; compartamo­ la com os irmaos, 83; oriente-a o Superior,

##### 130

104.4.

PARTIDOS POLiTICOS: nao querer implicar-se neles, 49.

PASTORAL de conjunto: colaborac;:ao, 113.1. PASTORES: somos seus esforc;:ados auxiliares,

6.

PATRIA: seu amor desordenado nao impec;:a a inculturac;:ao, 49.

PATRIMONIO ESPIRITUAL: magisterio do Capi­ tulo Geral, 135.3.

PATRONA da Congregac;:ao: 28; Compatronos, 35.

PENITENCIA, Sacramento: significa e realiza o espfrito de continua conversao, 38; nos re­ concilia com Cristo e com a lgreja, 38; ce­ lebrac;:ao freqOente, 38.

PERDAO: pedi-lo aos irmaos, 41.

PERFEIQAO: obrigac;:ao de todos, 51; ambito e meios, 52ss; promova-a o Superior Provin­ cial, 113.5.

PESSOA JURlDICA: quais o sao na Congrega­ c;:ao, 100; responsabilidade tocante as divi­ das, 101; quern as representa, 97, 105.

POBRE:Z.A: a professamos a imitac;:ao de Cristo, 23; Maria, modelo dela, 24; edifica a comu­ nidade fraterna, 24; deve ser apost61ica, 25; de testemunho, 25-26; expressa-se na comunhi:io de bens, 24; objeto do voto, 27; seus atos pr6prios, 26; administrac;:ao dos

##### 131

bens, 27; renuncia dos bens patrimoniais, 26-27.

PODER eclesiastico: que Superiores o tern e como, 97.

POSTULANTADO: devem faze-lo OS que lngres­ sam, 59; discernimento da vocagao, 59; de­ claragao dos Postulantes sobre retribui­ gao dos trabalhos, 59.c; sua admissao ao Noviciado, 69.

PREFEITURAS GERAIS: cf. 152.

PREFEITO de Formandos: importancia do car­ go, 77; preparagao e solicitude, 77; instru- 96es, 77.b; caminha adiante com o exem­ plo, 77; conhega as necessidades dos For­ mandos, 77.

PREGAQAO: como exerce-la, 82, 85; aos nos­ sos, 104.4; (ver **Ministerio da Palavra)** PRESBfTEROS: ]unto com os Diaconos, lr­

maos e Estudantes constituem a Congre­ gagao, 7; seu offcio peculiar, 82-84; partici­ pam do ministerio dos Ap6stoios, 82; configuram-se com Cristo Sacerdote, 83; foram constituidos em favor dos homens, 83; cuidados dos enfermos e marginaliza­ dos, 83; orem pela salvagao .do mundo, 84; na agao pastoral orientem-se pelo espirito da lgreja, 85; tenham mutua fraternidade, 85; auxiliares dos Bispos, 82.

PROFISSAO DE FE: devem faze-la os Superio-

132

res, 94.

PROFISSAO RELIGIOSA: por ela nos incorpora­ mos a Congregagao, 70; e cada um partici­

pa de nossa missao, 71.b; participamos dos mesmos direitos e deveres dela dima­ nantes, 7; realiza-se pela emissao dos vo­ tos, 70; por ela nos consagramos publica­ mente a Deus, 71; e nos entregamos ao Co­ ragao de Maria, 71; f6rmula de profissao, 159; a primeira e temporal, 70; quern admi­ te, 70; condigoes para emitir a perpertua, 70; anos desta para os Superiores, 112, 137.

PROG RA MA de agao: determinam os Capitulos: Provincial, 125.1; e Geral, 155.1. PROGRESSO na vida missionarla: 51ss.; (ver

**Perfeic;ao).**

PROPOSITO de adiantar: renove-se cada dia, 52.

PROPRIEDADE dos bens: e subordinada, 100; pessoas jurfdicas que podem possulr, 100;

renuncia a dos bens patrimoniais, 26.c.

PROV[ NCIA: natureza e constituigao, 87-88; e parte da unica Congregagao, 111; e forma­ da ou em formagao, 88; sua eregao e inova­ gao, 91; comunhao de bens e pessoas, 98.

PRUDENCIA PASTORAL: recomenda-se para guardar a castidade, 22.

PUBLICAQOES: (ver **Escritos).**

133

RECREIO: dedicar a ele seu tempo, 57. REGIME: (ver **Governo).**

REGULAMENTO domestico: cada Comunidade tenha o seu, 157; em sua organizagao partlcipem todos, 12. conteudo, 57.

REINO: como somos instrumentos validos para anuncia-lo, 39; devemos anunciar seu Evangelho, 46; os Formandos pegam ser ministros idoneos para anuncia-lo, 73.c.

REMOQAO: do Superior Geral, 141-142; dos ou­ tros Superiores, 96.

RENOVAQAO acomodada: promova-a o Capitu­

lo Geral, 96.

RENUNCIA: dos bens patrimoniais, 26.c; dos cargos, 96, 142.

RESIDENCIA: constituigao, 87; sua natureza ju­

ridica, 89.

REUNIAO PLENARIA da Comunidade local: quern assiste, 110; modo e freqOencia, 110; assuntos a tratar, 11O; convoque-se nas Vi­ sitas, 130.

ROSARIO: exercicio de piedade tradicional, 36.

SACERDOTE: (ver **Presbiteros)**

SACRAMENTO da Reconciliagao: (ver **Peniten­ cia).**

SANTA SE: (ver Se **Apost61ica e Sumo**

**Pontifice).**

SANTIFICAQAO: objeto da Congregagao, 2;

pertence as fungoes do nosso ministerio, 50.

SUDE: cui,dar a da alma e a do corpo, 22.

SE APOSTOLICA: diante dela o Superior Geral trata certos assuntos, 138.9; lhe estao re­ servadas a interpretagao autentica e as mudangas das Constituigoes, 157; a ela se expoe o caso de remogao do Superior Ge­ ral, 141; (ver **Sumo Pontifice).**

SECRETARIO-Geral : e Oficial Geral da Congre­ gagao, 149; seus dotes e designagao, 151; assiste por direito ao Capitulo Geral, 156,1; pode nao ser Consultor, 151.

- **Provincial:** sua designagao, 117.c; as­

,siste sempre ao Capitulo Provincial, 124.2. SEUIMENTO DE CRISTO: e para n6s a regra suprema, 4;'exige abnegagao de si mesmo,

43.

SENTIDOS: sua guarda, 43. SEPARAQAO: da Congregagao, 60, 70.b.

SERVIQO: dedicamos especial a Deus e ao Co- ragao de Maria, 5, 71.b, 159; nossa comuni­ dade esta dedicada ao da lgreja e do mun­ do, 14; os Superiores exercitem a autorida­ de com espirito de servigo, 30; nossa po­ breza se expressa no servigo aos pobres, 24.

SERVIQO missionario da Palavra (ver **Minish · rio da Palavra).**

134 135

SILENCIO: podem desfrutar dele os religiosos, 57.

SOLICITUDE: pelos irmaos, 55; pelas coisas deste mundo, 79.

SUBORDINAQAO: princfpio de Governo, 96; a propriedade de bens e subordinada, 100.

SUBSIDIARIEDADE: no Governo da Congrega­ Qao, 95.

SUFRAGIOS: pelos defuntos, 19.

SUMO PONTIFICE: professamos a Ele amor e obediencia, 6; intervem na aceitaQao de cargos de governo eclesiasticos, 50.

SUPERIOR: expressa a caridade de Deus 95' decide com sua autoridade, 30; guia s ir'. maos no desempenho dos cargos, 94; co­ mo se designa, 94; profissao de fe, 94; po­ der eclesiastico, 97; sua remoQao, 96; re­ presenta a respectiva Comunidade, 97, 105.

- **Geral:** e sinal de unidade e comunhao 136; deve manter sempre pronta a Comuni'. dade, 136; sua eleiQao, 139-140; duraQao no cargo, 139; cessa no cargo, 141; quali­ dades requerldas, 137; vacante do cargo e convocaQao do Capftulo, 142; com seu Conselho governa a CongregaQao, 92; tra­ ta com seus Consultores, 147; visitas ge­ neralfcias, 132, 138.8.

**Provincial:** esta a frente da Provfncia,

##### 136

sob a gula do Superior Geral, 111; e vfnculo de unidade, 111; sua designaQao, 114;

em"Missao", 121; dotes requeridos, 112; deveres, 113; e ajudado pelos Consulto­ res, 115.

* **Local:** vfnculo de unidade, 103; esta a

frente da Comunidade para o serviQo da missao, 103; designaQ ao, 106; na "Missao", 109; seu Conselho o ajuda no governo, 92, 107; com a cooperaQao dos ir­ maos promove o bem da CongregaQao, 30; decide com sua autoridade o que se deve fazer, 30.

* **da Delega!(ao:** a representa, 97; dotes e faculdades,'118,119; designaQao, 118, 119;

na "Missao", 121.

SUPLENCIA: do Superior local, 108; do Provin­ cial, 142; do Geral, 145; dos Consultores Gerais, 145.

SUPRESSAO: de Casas, 91; de Provfncias e De­ legaQoes, 91.b.

TESTAMENTO: quando se faz, 27.c. TITULO: da CongregaQao, 1, 8.

TESTEMUNHO evangelico: em nossa vida, 3. TRABALHO: e lei comum, 26; expressa po-

breza, 26; meio para guardar a castidade, 22; o trabalho missionario, 48; em equipe, 13, 85, 138.2.

137

TRIBULAQAO: tratar de alegrar-se nela, 44.

UNQAO do Espirito Santo: para evangelizar os pobres, 3, 39; dos enfermos, cf. 45.b.

UNIDADE: - da **Comunidade:** devemos se-r um

VIDA - **comum:** favorece a castidade 22· fomenta-se com a familiaridade e a s'ince'. ridade, 12; realiza-se plenamente na Euca­ ristia, 12; vida fraterna, 54-55.

- **missionaria:** realiza-se de modo pecu­

liar na Comunidade local, 102; esta intor­

10; se expressa visivelmente nos Superio'.

mada pela caridade de Cristo 1

10·

res, 30.

- **de Vida:** guarda-a com os irmaos de distinta cultura, 17; na vida dos Novigos, 68.

VALORES: estimemos muito os de cultura e re­ ligiao dos povos, 48.

VESTUARIO: sejam acomodados aos pobres,

25; enquanto ao habito, observem-se as prescrigoes do direito, 57.

VICE-SUPERIOR: 0 tern OS Superiores em to­

dos os niveis, cf. 107, 117, 146.

* **Geral:** designa-o o Superior Geral en­ tre OS Consultores, 146; e 0 primeiro entre eles, 146; o Geral lhe da delegagoes, 146; o supre, 146; quando deve convocar Capltulo Geral, 142.
* **Provincial:** designagao, 117; seu ofi­

cio, 117; o Provincial lhe da delegagoes, 117.

* **Local:** haja em todas as Casas, 107;

ajuda o Superior, 107; designagao, 107,

125.4; nas "Missoes", 109.

tundamentam-se solidamente nela 0s No'. vigos, 68; buscar seu vigor nas Constitul­ goes, 15.

VIRTUDES: por elas expressamos a configura­

gao com Cristo, 39.b; tern necessldade de· las o Missionario, 62; estorce-se por cres­ cer nelas, 56; as virtudes humanas, 68.b.

VISITA ao Santissimo: te:la em grande estima, 35.a.

VISITADORES: tratem com os visitados, 129;

promovam o bem da Congregagao, 129; as dispo5i9oes sao o epllogo da Visita, 131; podem delegar a outro, 132-133.

VISITAS dos Superiores Maiores: seu tim, 128; durante elas convoque-se a Reuniao Ple­ naria, 130; assuntos que se devem tratar, 130; quando se devem fazer: pelo Superior Provincial, 113.4, 133; pelo Superior Geral, 132, 138.8; outras Visitas alem das canoni­ cas, 134.

VOCAQAO: e gratuita, 3; os que participam da

mesma constituem a Congregagao, 7;

##### 139

138



asseguramo-la mediante as boas obras 60; para af irma-la, os Formandos cultive nosso pr6prio carisma, 73; os Novic;os de­ vem responder a ela com uma fe viva e ou­ tras virtudes, 62.

* **especial:** e o ministerio da Palavra, 46.
* **missionaria:** ao vive-la estimemos o pr6- prio dom, 78; com ela fomos assinalados 39; nao embrenhar-se no que pode servi; de impedimenta, 49; guardem-na os Novi­ c;os com humildade evangelica, 64; e apre­ ciem-na muito, 67.

VOCAQOES: a todos e a cada um incumbe o dever de fomenta-las, 58; promova-as por todas as partes o Superior Geral, 138.4; a melhor propaganda e 0 testemunho da Vi· da, 58; procure o Provincial que todos se responsabilizem na promoc;ao vocacional, 113.5.

VOTO: a participac;ao no governo se expressa pelo voto consultivo ou deliberativo 148· quando se requer no Governo Gera1'. 148 no Governo Provincial, 115; no Governo Lo­ cal, cf. 107.

VOTOS: nos entregam a Deus, 5; com eles pre­ tendemos configurar-nos com Cristo 39· objeto do voto de castldade, 22; do d po'. breza, 27; do de obediencia, 28; Jesus e Maria, modelos e exemplos em seu cum-

##### 140

primento, 20, 24, 28; com sua emissao nos

incorporamos a Congregac;ao, 70, 71; na

f6rmula da Profissao, 159; exercitem-se em sua pratica os Novic;os, 61; (ver **Pobre­ za, Castidade, Obediencia).**

ZELO apost61ico: cultivem-no os formandos,

74; requerido nos Superiores, 103, 112, 133.

##### 141

Apendice

FONTES DAS CONSTITUIQOES

I• da lgreja

F ·do Fundador

- J

C • da Congregac;ao

I

143

DA IGREJA

AA . Cone. Vatie.11,Apostolicam Actuositatem, 18/Xl/1965.

AG ·Cone. Vat. II, Ad Gentes, 7/Xll/1965.

CD - Cone. Vat. II, Christus Dominus, 28/X/1965.

CJC - Codex luris Canonici.

DH - Cone. Vat. II, Dignitatis Humanae, 7/Xll/1965.

DP - CELAM, Documento de Puebla, Bogota, 1979.

DV - Cone. Vat. II, Dei Verbum, 18/Xl/1965.

EN - Paulus VI, Evangelii Nuntiandi, 8/Xll/1975. ES - Paulus VI, Ecclesiae Sanctae, 6/Vlll/1966. ET - Paulus VI, Evangelica Testif icatio,

29/V.1/1971.

GS - Cone. Vat. II, Gaudium et Spes, 7/Xll/1965.

JM ·Ill Synodus Episeoporum, De lustitia in Mundo, AAS, 63 (1971), 923-942

LG - Cone. Vat ic. 1 1 , Lumen Gentium, 21/Xl/1964.

MC - Paulus VI, Marialis Cultus, 2/11/1974.

144

T

MR ·SCRIS-SCO, Mutuae Relationes, 14-V-

1978.

NA . Cone. Vatie. II, Nostra Aetate, 28/X/1965. OE - Cone. Vatie. II, Orientalium Ecclesiarum,

21/X/1964.

OT . Cone. Vat ie. II, Opt atam Totius, 28/X/1965.

PC - Cone. Vatie. II, Perfectae Caritatis, 28/X/1965.

PO - Cone. Vatie. 11, Presbyterorum Ordinis, 7/Xll/1965.

pp - Paulus VI, Populorum Progressio, 26/111/1967.

RC - Seris, Renovationis Causam, 6/1/1969. RH - loannes Paulus II, Redemptor Hominis,

4/111/1979.

SC · - Cone. Vatie. II, Sacrosanctum Conci· lium, 4/Xll/1963.

SM - Ill Synodus Episeoporum, De Sacerdocio Ministeriali, AAS, 63 (1971), 898-922.

UR - Cone. Vatie. II, Unitatis Redintegratio, 21/Xl/1964.

145

DO FUNDADOR

API . CLARET, Apuntes de un Plan para con· servar la hermosura de la Iglesia, Madrid, 1857, 110-XXll p.

AUT . CLARET, Autobiografia, Edici6n BAG, 1981.

CE - CLARET, Catecismo Explicado, Barcelo­

na, 1858.

CL • CLARET, El Colegial o Seminarista te6ri· ca y practicamente lnstruido. Obra utilfsi­ ma o mas bien necesaria para los j6ve­ nes de nuestros dias que siguen la carre­ ra eclesiastica, escrita por el Excmo... (Barcelona, 1860), t.1, 424 p.; t.11, 526 p.

(Barcelona, 1861).

GMT . CLARET, Carta al Misionero Teofila (Ro­ ma, 1979), 55 p.

EA . VINAS-BERMEJO, San Antonio Maria

Claret, Escritos Autobiograficos, BAG, Madrid, 1981.

EAE . VINAS, San Antonio Maria Claret. Escri·

tos autobiograficos y espirituales, BAG, Madrid, 1959.

EC . GIL, J. M., Epistolario de San Antonio Ma·

##### 146

ria Claret, Madrid, 1970, vol. I, 1847 p.; vol. II, 1598 P. Se cita el numero de la carta.

EE ·BERMEJO, San Antonio Maria Claret. Es· critos Espirituales, BAG. Madrid, 1985.

LEV ·CLARET, L'Egoismo Vinto, Roma, 1869, 87 paginas.

NVF ·CLARET, Nuevo Viaje en Ferrocarril, Bar­ celona, 1863, p. 93.

RCS ·CLARET, Reglas del lnstituto de Clerigos Seglares que viveri en comunidad y son los que componen el Orden segundo de H!jos del lnmaculado Corazon de Maria, Barcelona, 1864.

##### 147

DA CONGREGAQAO

AD - Administracion: Capftulo General, 1967. 1Ap - Apostolado: Cap. Gen., 1967.

2Ap - El Apostolado de la Congregacion: Cap.

Gen., 1973.

AS - Los Asociados a la Congregacion: Cap.

Gen., 1973.

CC - Constituciones para los Misioneros de la Congregacion de Hijos del lnmacula­ do Corazon de Maria.

CCTT - LOZANO, J.M., San Antonio Maria Cla­ ret. Constituciones y Textos sobre la Congregacion de Misioneros, Barcelo­ na, 1972.

CIA - Codex luris Additicii.

DC - Declaracion sobre el Carisma, Cap.

Gen., 1967.

ECM - XIFRE. J., Espiritu de la Congregacion de Misioneros Hijos del lnmaculado Co­ razon de Maria, Madrid, 1892.

1F - Decreto de Formacion, Cap. Gen., 1967. 2F - La Formacion, Cap. Gen., 1973.

HH - Decreto de Hermanos Coadjutores, Cap. Gen., 1967.

148

MH - Los Misioneros Hermanos, Cap. Gen., 1973.

Ml - Decreto de Misiones a No-cristianos

Cap. Gen., 1967. '

PE · Declaracion sobre el Patrimonio Espiri· tual, Cap. Gen., 1973.

1RG - Decreto de Regimen, Cap. Gen., 1967. 2RG - El Regimen de la Congregaci6n, Cap.

Gen., 1973.

IVR - Decreto de Vida Religiosa, Cap. Gen., 1967.

2VR - La Vida Religiosa, Cap. Gen., 1973.

149

6; 1973, 5.

CONSTITUIQAO FUNDAMENTAL

c . cc 1971, 1-4; 1973, 1-9.

1. F ·AUT 488-491; ECM lntr. II; LEV; p. 51.

C ·CC 1857, 1; 1865; 1870, 1924, p. I, 1;

1971; 1973, 1.

2. I · MR 12; DP 757; RC 5.

F ·AUT 199-213; ECM lntr. V.

C ·CC 1857, 2; 1865; 1870; 1924, p. I, 1.

1971; 1973, 2.

3. I ·LG 1.17.19.44c. 46b; PC 1; AG 3; ET 1.

F ·AUT 118, 120, 195, 687; EA, p.418, 429;

EE, p. 309; CMT c. 1,2; c. 4, 9; EE, p. 364;

Cl II, p. 2, c. 35, 2; EE, p. 283-286.

c . cc 1971, 5; 1973, 3.

4. I · PC 2a; ET 12 b; EN 69; DP 742; CJC 662.

F ·AUT 428-437, 494; EC 1, 99; LEV p. 60;

EE, pp. 416-417.

5. I · EN 69; LG 44.46; PC 8; CJC, 573, § 2;

651.

C ·CC 1870, p. I, 92; 1924, p. I, 119; 1971, 3,

##### 150

6. - AG 30; CDVR 33-35; ES I 22-40; ET 50;

LG 45; MR 8; DP 765-766, 771; CJC, 50,

§ 2: 678, § 1; 680.

F - AUT 238, 450, 462-467, 494, 703, 704; EA, p.489.

C - CC 1865; 1870; 192f, p. I, 2; 1971, 2;

1973, 6; De 20; PE 6; AP 39.

7. I - Pc 15b; CJC 303, 311, 677, § 2.

F - AUT 488; EC II, 1024, 1118; RCS, lntr., EE, pp. 317-320.

C - a) CC 1857, 5; 1865, p. I, 5; 1870, p. I, 5;

1924, p. 1, 5; 1971, 4; 1973, 7, 92; Anna­

les CMF 51 (1927-1973), 203-210.

b)CC 1971, 163-167; 1973, 164-168. AS 1-

3.

8. I - LG 52-69; PO 18b.

C - AUT 488; CCTT, p. 602; EA, p. 561; EE,

313-315.

c . cc 1971; 1973, 8; 1971, 111-123; 1973,

130; Cap. Gen. 1862, 8 iulii; CCTT, p.

303, 313; Formula Professionis, 1870.

9. I - Paulus VI, Doc. Cap., 1973, p. 13.

F . AUT 227, 494; EA, p. 619; CCYY, pagina 616.

##### 151

c . cc 1971, 9; 1973, 9. 14. I - PC 15a; DP 764.

C . CC 1870, p. II, 54-55; 1971, 17; 1973, 17-

18

PRIMEIRA PARTE

VIDA MISSIONARIA DA CONGREGAQAO

Capitulo 1 - COMUNIDADE

MISSIONARIA

10. I · PC 15a; DP 752.

F • AUT 438, 609; RCS, p. 11, c. 7, 1.

c . cc 1971, 10; 1973, 10.

11. I · PC 15; MR 18.

C · CC 1857, 3; 1865, p. I, 3; 1870, p. 1, 3;

1924, p. 1, 3; 1971, 11; 1973, 11.

12. I ·SC 47-48; LG 11; UR 2a; AG 39.

F ·AUT 606-613; RCS, p. 11, c. 7, 1-16; CE

1958, IV, p. 348: Carta Pastoral al Pue­ blo, pp. 57-58.

c . cc 1971, 13-15; 1973, 13-15.

13. I · Pc 6b. 14c.15a; ET 39-41.

F ·AUT 607; EC I. 95; EA, p. 666.

C · CC 1971, 16; 1973, 16. AP 20, 22; VR 32;

PE 114, 122.

15. I ·PC 15a; DP 764.

C - CC 1857, 82; 1865, p. II, 21; 1870, p. II,

21; 1924, p. 11, 21; 1971, 20; 1973, 22.

16. I ·MR 12; DP 753.

C - CC 1857, 81-83; 1865, p. II, 22-23; 1870,

p. 11, 22-23; 1924, 21-22; 1973, 22-24.

17. F - AUT 608.

C - CC 1857, 89; 1865, p. II, 25; 1870, p. II,

25; 1971, 21,25; 1973, 21, 23; 1971, 23;

1973, 25.

18. F - AUT 19,20; RSC, p. II, c. 7,5.

c . cc 1857, 104; 1971, 23; 1973; 25; 1857,

86; 1865, p. 11, 58; 1870, p. II, 58; 1924, p.

II, 58; 1971, 23; 1973, 27.

19. F - EA, pp. 686-694; EC I, 615.

C - CC 1857, 113; 1865, p. II, 60; 1870, p. 11,

60; 1924, p. II, 60; 1971, 160-162; 1973,

28.

#### 152 153



Capftulo II - **CASTIDADE**

20. · LG 42c.44c; OT 1O; PO 16.

**F** ·Carta Pastoral al Clero, Santiago de Cuba, 1852, pp.16-23; Cl. II, pp. 154-173; CE, p. 342; EE pp. 306-307.

C ·CC 1971, 26; 1973, 29, 32-33; PE 68-69.

21. I ·LG 42; PC 12a; ET 13-15; DP 749.

**F** ·AUT 101, 442; Cl, II, p. 167.

c . cc 1971, 27; 1973, 30-31.

22. I · PC 12bc; FC 16; OT 10; CJC 599.

**F** · AUT 393-397; CL, II, pp. 169-173.

C ·CC 1857, 74-76; 1865, p. II, 17-18; 1870,

p. II, 17-18; 1924, p. II, 17-18; 1971, 28;

1973, 34.

Capltulo Ill - **POBREZA**

23. I · LG 42d, 55a; PG 13a.

F ·AUT 362-363; EE, pp. 298-300.

C · CC 1857, 68; 1865, p. 11, 14; 1870, p, II,

14; 1924, p. II, 14; 1971, 29; 1973, 35; PE

75-76.

24. I ·a) LG 55; PC 15a; ET 17-21; DP 733-734.

437.

#### 154

F · AUT 363-366, 562-572.

C · CC 1857, 68, 72; 1865, p. II, 15; 1870,

pagina II, 15; 1924, p. II, 15; 197\_1, 30;

1973, 38.

25. I · PC 13 ef.; ET 22.

F · AUT 135, 357-371.

C · CC 1857, 71, 73; 1865, p. II, 15; 1870,

p. II, 15: 1924, p. II, 15; 1971, 34; 1973,

40; PE 84; VR 55b, 62.

26. · ET 20.21; PC 13bcd; ES II, 24;

CJC 668 § 4.

F ·AUT 359-361.

C · CC 1857, 69-73; 1865, p. II, 14·16; 1870,

p. 11, 14-16; 1924, p. 11, 14-16; 1971, 31-34;

1973, 37-39, 41. c) 1971, 36; 1973, 44;

AD. 9.

27. I · CJC 600; 618, § 1.

C · CC 1870, p. I, 63, p. II, 16; 1924, p. I,

81; 1971, 35; 1973, 43; AD 9, f.

Capltulo IV - **OBEDIENCIA**

28. I · LG 42d, 56; PC 14a; ET 23; DP 748.

F ·AUT 195, 445, 755; EE, pp. 309-310, 473·

474.

C ·· CC 1857, 64; 1865, p. II, 19; 1870, p. II,

#### 155

19; 1924, p. II, 19; 1971, 37; 1973, 45; PE

88-91.

29. - PC 14b; ET 25. F - EE, pp. 327-328.

c - cc 1857, 65; 1971, 38, 40; 1973, 46, 48.

30. I - PC 14abc; ET 24-25; CJC, 618.

**F** - EC I, 316.

c - cc 1971, 39·40; 1973, 47-48.

31. I - PC 14ab; ET 25-29,31.

F - AUT 29, 31, 56, 64, 81-82, 121, 198; 496,

852; EA, p. 447; EC 11 , 1200, 1206.

C - CC 1857, 47, 65-67; 1865, p. II, 19-20;

1870, p. II, 19-20; 1924, p. II, 19-20; 1971,

41-44; 1973, 49-52.

32. I - EN 64, 69. I

C - CC 1857, 65-66; Ml 3.

# I

Capftulo V - **ORAQAO**

33. **F** - AUT 434; EE, pp. 312-313; GMT c. 2, I;

EE, p. 349.

C - CC 1857, 52-53; 1865, p. I, 88; 1870, p. I,

88, II, 46; 1924, p. I, 110, p. II, 31, 66;

1971, 45; 1973, 53.

34. - PC 5e; ET 9-10.35; MR 16.23a; DP 751.

760.

F - a) AUT 16, 233, 357-359, 443, 498, 581,

695; EA 601-602, 660; NVF, p. 93. Socle­

dad espiritual contra la blasfemia, lntr. b) API, p. 30, 5, 6; AUT 442-443, 264-273,

654-663; EAE, p. 660.

35. I - SC 10a. 13.98-99.102; PC 6b; PO 5b; ET

47-48.

F - a) AUT 37-40, 91, 694, 700, 754-756, 767;

EA, p. 522, 4; PP. 556, 566, 6; P. 577, 6.

b) AUT 694.

c) AUT 113, 139, 152, 212, 214-263, 268,

294.

c - cc 1971, 47, 49; 1973, 55, 58.

a) CC 1865, p. I, 93, p. II, 39, 47, p.111,

1870, p. I, 93; p. II, 39, 47, p. Ill, 1;

1924, p. I, 120, p. II, 39, 47, p. Ill, 1;

1857, 107, 106; 1865, p. I, 94, p. II, 33;

1870, p. 1, 94, p. II, 33; 1924, p. I, 121, p.

11, 33; 1973, 55.

b) CC 1865, p. II, 40; 11870, p. II, 40;

1924, p. II, 40; 1971, 49; 1973, 58.

c) CC 1857, 1; 1865, p. I, 1, 94; 1870, p. I,

1, 94; 1924, p. I, 1, 121; 1971, 1;

1973, 1.

36. I - LG 57-59.61,67; MC 25,134-139; CJC

##### 157

156

~~r~~

663, § 4.

c . cc 1857, 1, 53, 92, 97, 102, 106, 128.

rn:

133; 1865, p. I, 1, 40, 42, 70, 94, p. 11

28-30, 32-33; Actus Consecrationis; 1870, idem sed Formula Professionis· 1924, p.1, 1, 9, 10, 70, 91, 121, p. 11, 18,28:

30, 33, Formula Professionis; 1973, 56

130. J

37. · PC 6b.21; DV 25a; ES II 16b.21; CJC 663, § 3.

F ·AUT 50, 86-87,108,113,801; EA, p. 516.

C ·CC 1857, 52, 99; 1865, p. I, 88, p. 11,

31,46, 66, p. 111, 1; 1870, p. Ill, 1; 1924, p.

1,110, p. II, 31, 46, 66, p. 111, 1; 1971,

48;1973, 57; 1VR 124; 2VR, Anexo.

38. I · LG 11b; CJC 664.

F ·AUT 86, 107, 664, 740, 780; EA, p.

522,532, 553, 556, 560, 563, 566, 568,

571,573, 576, 580, 583.

C ·CC 1857, 51; 1865, p. II, 39; 1870, p. 11,

39; 1924, p. II, 39; 1971, 50; 1973, 59.

158

Capitulo VI - CONFIGURA<;AO

COM CRISTO

39. I ·PC 5e; EN 75.

F ·AUT 221, 428-437, 687; Cl, II, pp.

269-272; EA, pp. 606, 623, 663-664; EAE,

p. 660.

40. I · EN 79; PC 5.

F ·AUT 438-453; EAE, pp. 672, 777-778

41. F - AUT 340-356; EA, pp. 516, 613, 644; 664;

EAE, p. 663.

C - CC 1847, 55, 58; 1865, p. I, 85, 87, 95, p.

II, 12-13; 1870, p. II, 12-13; 1924, p. I, 107,

122, p. II, 12-13; 1971, 62-63; 1973, 61-62.

42. F ·AUT 372-383; 783-786; EA, p. 517; EAE,

p. 665.

c . 1971J 64; 1973, 63.

43. I - ES II, 22.

F ·AUT 384-419; EAE, pp. 669, 679-689.

c . 1857, 73, 75-80, 112, 121; 1865, p. 11, 3-4,

6-10, 37, 54, 69; 1870, p. II, 3-4, 6-10;

1924, p. II, 3-4, 6-10, 7, 54, 69; 1971, 52-

57; 1973, 64-66, 70-72; 1VR 72-79,90.

44. F ·a) AUT 420-427; EA 615-619; EE, pp.

#### 159

192-194; 204-218; 220-227.

b) AUT 10, 562-572; EA, p. 426; EE, pp.

226-227.

**C** ·CC 1857, 57; 1865, p. II, 11; 1870, p. 11,

11; 1924, p. II, 11; 1971, 58-61; 1973, 67-

69, 73-74.

**45. F** ·AUT 467; EA, P: 588, 624-627, 666, 686,

696.

**C** ·a) CC 1857, 84-86; 1865, p. 11, 57-58;

1970, p. II, 57-58; 1924, p. 11, 57-58; 1971,

156-157; 1973, 75-76.

b) CC 1857, 113; 1865, p. II, 59-60; 1870,

p. II, 59-60; 1924, p. II, 59-60; 1971, 60-62;

1973, 77.

Capitulo VII - **NOSSA MISSAO**

46. I ·GS 1-3; PC 8; JM 924; PP 15; EN 27,29-

32; DP 733-734.747.

**F** ·a) AUT 117-118, 120, 238, 449-453, 491;

EA p. 424; EC I, 95.

b) AUT 571, 465-467, 358-359, 585,

685.688-689.

C ·a) CC 1857, 2, 87-95; 1865, p. I, 2; 1870,

p. I, 2; 1924, p. I, 2; 1971, 2, 71; 1973, 6,

83; DC 10, 20, 23; PE 6; 1AP 39; 2AP 78

81.

#### 160

*T* **47. F** · ECI, 171, 555; RCS, lntr. EE pp. 319-320.

C ·CC 1971, 72; 1973, 84; DC 27; PE 47;

Ml1; 1AP 5.

48. ·AG 18b; NA 1-2; DH 3c.11.14; EN

48-49.63.79; MR 19.23f.40-41; RH 11-12;

DP 755.771.773.

**F** ·AUT 262-453.

a) AUT 288, 315, 357-359, 475; 685; EC I,

247.

c) AUT 120; c; EC I, 95; Bibliotecas Po­ pulares..., pp. 17-19; Ee 11, 888, 1018, 1425, 1427, 1428; EC I, 205, 316.

C ·CC 1857, 87-95; 1865, p. II, 63; 1870, p. II,

63; 1924, p. 11, 63; 1971, 73; 1973, 85; PE

49.

a) DC 17f; PE 50; 1AP 2b, 7. b) PE 50; 1AP 3-4, 25; Ml 3.

c) CC 1971, 163:167; 1973, 164-168; DC

24 ·catolicidad; 1AP 7; 1Ap 72-84; Ml

32.

49. · PC 8; PO 6g; SM 912-913; DP 526-529,

558-559, 754-755.

**F** ·AUT 625, 629, 854; EA 439, 671.

**c** . cc 1857, 54-63, 83; 1865, p. 11, 61-62,64;

1870, id.; 1924, id.; 1971, 75-77; 1973, 86.

50. I ·CJC 671.

#### 161

F - EC I, 95,11, 886.

c - CC 1865, Actus Consecrationis; 1870,

1924, Formula Professionis.

Capitulo VIII - PROGRESSO NA

VIDA MISSIONARIA

51. I - LG 40a. F ·AUT 274.

c - cc 1971, 65; 1973, 78.

52. F - AUT 92, 107, 138, 306, 611, 644, 740,

. 780; EA Prop., p. 522, ss.

c - cc 1857, 49-50, 53, 61; 1865, p. 11, 27,41-

42; 1870, id.; 1924, id.; 1971, 51, 66;

1973, 60, 79. 1VR 117-118, 129-130.

53. F - AUT 51-53, 72, 95-98.

C - CC 1865, p. II, 1-2; 1870, Id.; 1924, id.;

1971, 67; 1973, 80.

54. F - AUT 85, 121, 757-767, 768-774, 775-799,

796-801.

C - CC 1857, 48, 50 1865, p. II, 27, 41; 1870,

id.; 1924, p. II, 27, 41; 1971, 50, 70; 1973,

59.

55. C - CC 1857, 56; 1865, p. I, 63, p. 11, 26; 1870,

id.; 1924, id.; 1971, 69; 1973, 82; 1VR 15-

162

16, 33.

56. - PC 2d.18; PO 19; ES I, II, 33-38; MR 26,

31.32; OT 22; DP 767-768.770; CJC 661.

F - AUT 87, 89, 507, 665, 764, 801; EC I, 99.

c - cc 1857, 62, 100, 104, 106-107; 1865, p.

I, 104, 4, 107, 109; 1870, p. II, 35,43;

1924, fd.; 1971, 78-81; 1973, 88-91.

57. I - ES II 25-26; ET i2a.32; PC 8c.

F - AUT 107-111, 491, 610-611, 757-765; EC

I, 99.

c - cc 1857, 96-111; 1865, p. 11, 28-45; 1870,

fd.; 1924, fd.; 1971, 18; 1973, 19; 1VR 86-

88, 93-103; 1AP 21; 2RG 49-52.

SEGUNDA PARTE MEMBROS DA CONGREGA<;AO

Capitulo IX - OS CHAMADO A

VIDA MISSIONARIA

58. I - PC 24; OT 2-3; ET 53.

F ·AUT 793-795; EA, p. 494; EC II, 1022, 1028, 1323, 1418; CCTT, pp. 618, 633.

C - CC 1865, p. I, 56; 1870, p. I, 56; 1924, p. I,

74; 1971, 86-88; 1973, 95-96.

163

59. I ·DP 763; RC 4, 10, 11.11-12; CJC 702, § 1.

C - CC 1857, 39-47; 1865, p. I, 55-65; 1870, p.

I, 55-65; 1924, p. I, 72-85; 1971, 88-96;

1973, 97-104.

60. I · DP 757,762; CJC 702, § 2.

C ·CC 1857, 44, 46; 1865, p. I, 66-68; 187!),

p. I, 66-68; 1924, p. I, 86-89; 1971, 168-

170; 1973, 169-171.

Capitulo X - NOVICOS E SEU MESTRE

61. I - RC 5.13.

F ·AUT 5, 153, 270, 340; EA, p. 412.

C · CC 1857, 43, 47; 1867, p. I, 69,82; 1870,

p. I, 69, 82; 1924, p. I, 90, 104; 1971, 97;

1971, 105.

62. F ·AUT 11-15, 215-220, 223-224, 226, 228-

233.

C ·CC 1865, p. I, 83; 1870, p. 1, 83; 1924, p. I,

105; 1971, 98; 1973, 106.

63. F ·AUT 115, 161-162, 272, 681-682, 687.

C ·CC 1865, 28, 84; 1870, p. I, 84; 1924, p. I,

106; 1971, 99; 1973, 107.

64. F ·AUT 341-356; EA, pp. 516, 613.

C ·CC 1865, p. I, 85; 1870, p. I, 85; 1924, p. I,

#### 164

107; 1971, 101; 1973, 109.

65. I - PC 14; RC, 32, II.

F - AUT 149-151, 671; EC II, 1324, pp. 309-

310.

C - CC 1865, p. I, 86; 1870, p. 1, 86; 1924, p.

I, 108; 1971, 102; 1973, 110.

66. C ·CC 1865, p. I, 87-88, 1870, p. I, 87-88;

1924, p. I, 109-110; 1971, 103-104; 1973,

111-112.

67. F ·AUT 153-154, 670; EA, p. 582.

C - CC 1865, p. I, 89-91; 1870, p. I, 89-91;

1924, p. I, 111-113; 1971, 106-107; 1973,

114-115.

68. I · a) RC 5,31.

C ·CC 1857, 43; 1865, p. I, 69-78; 1870, p. I,

69-78; 1924, p. I, 90-98; 1971, 108-116;

1973, 116-124.

69. · CJ C 641; 648-649.

70. ·CJC 656; 655; 657.

71. I · LG 44a; RC 2.

C - CC 1857, 46; 1865, p. I , 92; 1870, p. I, 92;

1924, p. I , 115-119; 1971, 117-123; 1973,

125-130.

#### 165

Capitulo XI - MISSIONARIOS

EM FORMAQAO E SEU PREFEITO

72. I - ES II, 35-36; CJC 659, § 2.

F - AUT 83-105; Cl I, pp. 14-18.

C - Studia Claretiana 1 (1963), 26; CCTT

pp. 289-299. '

CC 1865, p. I, 94-103; 1870, p. I, 94-103;

1924, p. I, 120-130; 1971, 124-

134; 1973, 131-141.

73. I - OT *Ba.*

F - AUT 69, 85, 270; EA, pp. 408-414.

C - CC 1865, p. I, 93-96; 1870, p. I, 93-96;

1924, p. I, 120-130; 1971, 126-128, 130;

1973, 133-135, 137; 1F 11-53; 2F 11-13.

74. I - PC 2d.18b.

F - GMT, pp. 35-45.

C - 2F 10.

75. I - OT 21.

F - EC 11, 1028.

c - cc 1857, 47; 1971, 133-134; 1973 140-

141. '

76. C - 1F 75; 2F 14.

166

CC 1865, p. I, 104; 1870, p. I, 104; 19:

p. I, 131-133; 1971, 135-137; 1973, 142-

144.

Capitulo XII - MISSIONARIOS

IRMAOS, DIACONOS E SACERDOTES

78. c - cc 1971, 83-85; 1973, 92-94.

79. F - EC II, 1024, 1118, 1379.

C - CC 1857, 141-164; 1865, p. Ill; 1870, p.

Ill, 1924, p. Ill; 1971, 138-140; 1973, 145-

148; PE 36-38; HH (1967); MH (1973).

80. I - AA 6a.

c . cc 1971, 141-143; 1973, 149-151.

81. I , LG 29.

F - AUT 101; Cl, II, pp. 225-235.

C ·CC 1971, 144-149; 1973, 152-157; PE 28,

bis; Annales CMF 51 (1972-1973), 202-

210.

82. I - PO 2,4.

F - AUT 30, 40, 64, 69, 78.

C ·CC 1857, 96-140; 1865, p. II, 46-52; 1870,

p. II, 46-52; 1924, p. II, 46-52; 1971, 150-

167

151; 1973, 158-159; PE 32-35.

83. I - LG 28; PO 2.3. 6c. 12; AG 39.

F . EA, p. 549, n. 5; Cl, II, 235-280.

c - cc 1971, 151-153; 1973, 160-161.

84. I - PO 5d.13cd.14b.

F . AUT 111, 654-663; Avisos a un Sacerdo­ te (Barcelona, 1846), pp. 64-65; EE, p p. 266-267.

c . cc 1971, 154; 1973, 162.

85. I - LG 28c; PO 8.

F . AUT 274-339; Cl. II, pp. 391-411, 503-518; CMT, pp. 21-28; 45-52; EE, p p.

343-349, 359-364.

C . CC 1857, 114-140; 1865, p. I, 109-114, p.

II, 63-74; 1870, id; 1924, p. I, 141-146, p.

11, 63-74; 1971, 155; 1973, 163.

#### 168

r TERCEIRA PARTE:

GOVERNO DA CONGRl;:GA9AO

Capitulo XIII - CONSTITUl9AO

ORGANICA DA CONGREGA9AO

86. I ·a) LG 8.23; OE 2; CJC 588, § 2.

C - CC 1973, 172-173; 1-AG 2; 2RG 3-5; 2VR

25.

87. C - CC 1857, 3; 1865, p. I, 3; 1870, p. I, 3;

1924, p. 1, 3; 1971, 171; 1973, 174.

88. C ·CC 1865, p. I, 26; 1870, p. I, 26; 1924, p. I,

4; 1971, 172; 1973, 176.

89. I ·CJC 608, 115, §2; 609, § 1.

C - CC 1857, 4; 1865, p. I, 4; 1870, p. I, 4;

1924, p. I, 4; 1971, 172; 1973, 175.

90. C - CC 1924, p. I, 4; 1971, 172; 1973, 177.

91. c . cc 1973, 176.

92. C ·CC 1857, 5; 1865, p. I, 5; 1870, p. I, 5;

1924, p. I, 5; 1971, 173; 1973, 178.

#### 169

Capitulo XIV - **PRINCiPIOS** Capitulo XV - **GOVERNO DA DE GOVERNO COMUNIDADE**

LOCAL

**93. c** - cc 1971, 174; 1973, 179-180.

**94.** I ·PC 14; CJC 625, § 3; 833, 8.

**102.** c . cc 1973, 11, 175.

c . cc 1971, 176; 1973, 181-182. **103.** I - CJ C 608.

C - CC 1857, 28, 32; 1865, p. I , 30, 33-34;

**95.** c . cc 1971, 179; 1973, 186. 1870, p. I, 30, 33-34; 1924, p. I, 36, 39-41;

1971, 223; 1973, 188.

**96.** I ·CJC 624, § 3.

**c** . cc 1971, 180; 1973, 187. **104.** I - CJC 765; cf . 618-619.

**C** ·CC 1857, 30, 1865, p. I, 31; 1870, p. I , 31-

**97.** I ·CJC 135, § 1; 596. 34; 1924, p. I , 37, 41; 1971, 224; 1973,

189.

**98.** I ·PC 13e.

**F** - EC I , 659. **105. C** ·CC 1973, 190; CIA 233.

**C** ·CC 1971, 177; 1973, 183. 1RG 132; AD

12, B. **106.** I - CJ C 624.

**C** - CC 1857, 28; 1865, p. I , 30; 1870, p. I , 30;

1913, p. I, 30, A pp.; 1924, p. I , 36; 1971,

**99.** I ·CJ C 635.

**100.** I ·CJC 134, § 1.

223; 1973, 191-192.

**C** ·CC 1973, 183; AD 10, a. **107.** I - CJC 627.

**C** ·CC 1865, p. I , 32; 1870, p. I, 32; 1913, 33;

**101 . C** ·CC 1924, p. I, 24; 1971, 178; 1973, 185. App.; 1924, p. I , 38-41; 1971, 225-228;

1973, 193-196.

**108.** C · CC 1857, 152; 1865, p. I , 32, p. I l l , 3;

HO 171

1870, 1d.; 1924, p. I , 38-39, p. Il l , 3; 1971, 208; 1973, 207; 1RG 69; 2RG 66, 68-69,

.225-226; 1973, 195-196; PE, 79,82; 73.

AD 21.

116. I - CJC 627.

109. I - CJC 636, § 1. C - CC 1865, p. I , 29; 1870, p. I, 29; 1913, p. I ,

C - CC 1924, p. I , 39-42; 1971, 228; 1973, 29, App.; 1924, p. I, 31; 1971, 206; 1973,

198-199. 208; 2RG 68-70.

110. C ·' CC 1973, 197; 1RG 89; 2RG 49-52. 117. C - CC 1865, p. I, 29; 1870, p. I , 29; 1913, p. I,

29, App.; 1924, p. I , 31-32; 1971, 208;

Capitulo XVI - GOVERNO DA 1973, 211; 1RG 70-72; 2RG 69.

COMUNIDADE

PROVINCIAL 118. C - CC 1924, p. I , 45; 1971, 209; 1973, 204.

111. C - CC 1865, p. I, 27; 1870, p. I, 26; 1924, p. I , 119. c . cc 1971, 210; 1973, 205.

28; 1971, 202; 1973, 200.

112. I · CJ C 623.

120. c . cc 1924, p. r, 45; 1911, 211; 1973, 212.

C ·CC 1865, p. I, 27; 1870, p. I, 27; 1924, p. I , 121. c .cc 1971, 212; 1973, 213.

29; 1971, 204; 1973, 201.

113. C ·CC 1865, p. I, 28; 1870, p. I, 28; 1924, p. I,

122. C - CC 1971, 213; 1973; 214; 1RG 27-28.

30; 1971, 205; 1973, 202. 123. C - CC 1865, p. I , 49; 1870, p. I , 49; 1913, p. I ,

49, App.; 1924, p. I , 64; 1971, 214; 1973,

114. C - CC 1865, p. I, 26; 1870, p. I, 26; 1913, p. I, 215; 2RG 81.

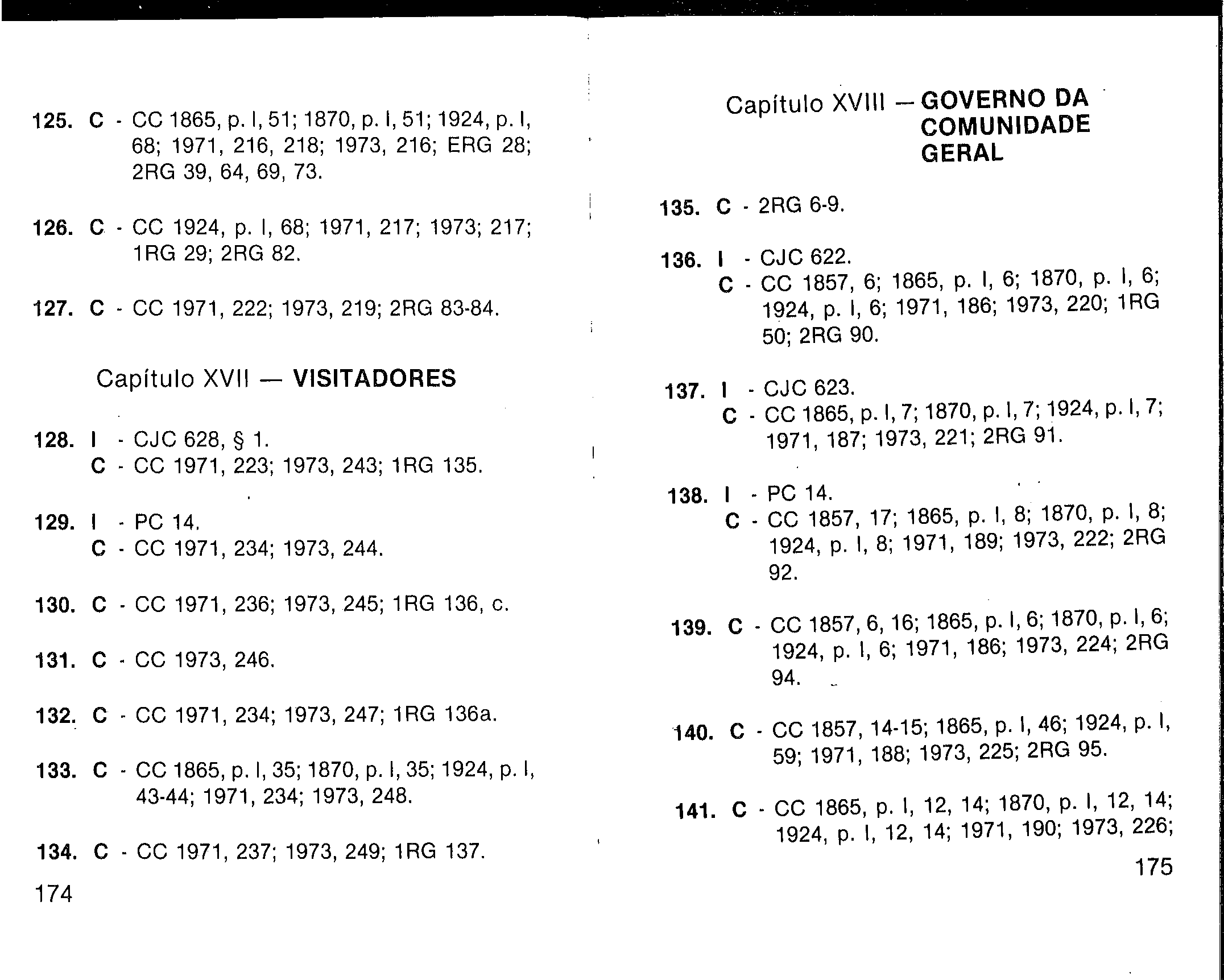
29, A pp.; 1924, p. I , 28; 1971, 203.

124. C - CC 1865, p. I , 50; 1870, p. I , 50; 1913, p. I ,

115. C ·CC 1865, p. I , 29; 1870, p. I, 29; 1913, p. I , 50, App. 30, 32-33, 50; 1924, p. I , 67;

29, App.; 1924, p. I , 31-32, 1971, 206, 1971, 220-221; 1973, 218; 2RG 76.

172 173



2RG 96. **149.** C - CC 1971, 198; 1973, 235; 2RG 105.

**142. C** - CC 1865, p. I, 9, 13; 1870, p. I, 9, 13;

1924, p. I, 9, 13; 1971, 191; 1973, 227;

2RG 97.

**143.** C - CC 1857, 24; 1865, p. I, 19; 1870, p. I, 19;

1913, p. I, 19, App.; 1924, p. I, 19; 1971,

192; 1973, 228; 2RG 98.

**144. C** - CC 1857, 24; 1865, p. I, 19; 1870, p. I, 19;

1924, p. I, 19; 1971, 194; 1973, 229; 2RG

99.

**145. C** - CC 1865, p. I, 19; 1870, p. I, 19; 1913, p. I,

19, App.; 1924, p. I, 19; 1971, 192; 1973,

231; 1RG 56-60; 2RG 101.

**146. C** - CC 1857, 18-23; 1865, p. I, 15-18; 1870, p.

I, 15-18, 1924, p. I, 16-18; 1971, 193;

1973, 232; 1RG 55; 2RG 102.

**147.** C - CC 1857, 25; 1865, p. I, 20; 1870, p. I, 20;

1924, p. I, 20; 1971, 195; 1973, 230;

2RG 100.

**150.** I - CJC 636.

C - CC 1865, p. I, 21-22; 1870, p. I, 21-22;

1924, p. I, 22-23; 1971, 199; 1973, 236;

2RG 106.

**151.** C - CC 1865, p. I, 23-25; 1870, p. I, 23-25;

1913, p. I, 23-25, App.; 1924, p. I, 25-27;

1971, 200; 1973, 237; 2RG 107.

**152.** C - CC 1865, p. Ill, 38; 1870, p. Ill, 38; 1913,

p. 111, 38, App.; 1924, p. I, 21; 1971, 201;

1973, 238; 2RG 108.

**153. C** - CC 1971, 181; 1973, 239; 1RG 18; 2RG

109·110.

**154. C** - CC 1857, 33-38; 1865, p. I, 37-39; 1870, p.

I, 37, 39; 1924, p. I, 47-50; 1971, 182-183;

1973, 240.

**155.** I - ES II, 19.

C - CC 1857, 35-36; 1865, p. I, 38, 39; 1870,

p. I, 38-39; 1924, p. I, 49; 1971, 184; 1973,

241; 2RG 112.

**148. C** - CC 1971, 196, 197; 1973, 233-234. 1RG

95, 98; 2RG 103-104.

176

**156.** C - CC 1857, 34; 1865, p. I, 37; 1870, p. I, 37;

1913, p. I, 37 App.; 1924, p. I, 48; 1971,

##### 177

185; 1973, 242; 2RG 113-114.

159. C ·Formula professionis.

CCTT, p. 305-314; CC 1865, 106; Actus.

Consecrationls; 1870, 111; Formula

Professionis; 1913, 116, App.; I, 92;

1924; Formula Professionis, p. 137;

1971, 123; 1973, 130.

iNDICE GERAL

Decretos da Congregagao para os Rell· giosos e lnstitutos Seculares aprovando

as Constitui96es 05

Apresentagao das Constitui96es aprova-

das a toda a Congregagao 09

CONSTITUl<;AO FUNDAMENTAL (nn. 1-9) 15

178

.·..

I

Primeira parte: VIDA MISSIONARIA DA CONGREGA<;AO (nri.10-57) . . . . . . . . . . . . .

Capftulo I·Comunidade Mlssionaria 023

Capftulo II·Castidade 028

Capftulo Ill·Pobreza 030

Capftulo IV - Obediencia 034

Capftulo V ·Oragao 037

Capftulo VI - Configuragao com Cristo . . . 040 Capftulo VII - Nossa Mlssao 046

Capftulo VIII - Progresso na Vida Missio-

naria 049

##### 179

**Segunda parte: MEMBROS DA CONGRE· GA(,f AO** (nn.58-85). . . . . . . .... . . . . . . . . . . . .

Capitulo XVII - Visitadores 091

Capitulo XVIII - Governo da Comunidade

Geral 093

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Capitulo IX - Os chamados a Vida Missio-  naria . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . ... . ... . . . . . | 055 | Art. 1? - Superior Geral . . . . . . . . . . . . . . . . . . Art. *2?* - Vice-Geral e demais Consultores | 093 |
| Capitulo X - Novic.;:os e seu Mestre . . . . . . . | 058 | Gerais . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . | 096 |
| Capitulo XI - Missionaries em formac.;:ao e |  | Art. 3? - Of iciais Gerais . . . . . . . . . . . . . . . . . | 098 |
| seu Prefeito . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . .  Capitulo XII - Missionaries lrmaos, Diaco- | 064 | Art. 4? - Capitulo Geral . . . . . . . . . . . . . . . . . . | 099 |
| nos e Sacerdotes . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . | 067 | ANOTA¢6ES A R ESPEITO DESTAS CONSTITUIQOES (nn.157-158) . . . . . . . . . . . | 101 |
| **Terceira parte: GOVERNO DA CONGRE-** |  | FORMULA DA PROFISSAO (nn.159) . . . . . | 102 |
| **GA(,f AO** (nn.86-156) .......... ......... .. |  | INDICES . .. . . .... . . .. ..... ....... ...... INDICES DOS LUGARES DA SAGRADA | 105 |
|  |  | ESCRITURA . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . . | 107 |

Capftulo XIII - Con.stituic.;:ao organica da Congregac.;:ao 073

Capitulo XIV - Princfpios de Governo 076

Capitulo XV - Governo da Comunidade lo-

cal 080

Capitulo XVI - Governo da Comunidade provincial 084

Art. 1? - Superior Provincial e seu Conse-

lho 084

Art. *2?* - Superior de Delegac.;:ao e seu Con-

selho 087

Art. 3? - Superior da "Missao" e seu Con-

selho 088

Art. *4?* - Capitulo Provincial 088

INDICE ANALiTICO-ALFABETICO 111

Apendice: FONTES DAS CONSTITUl- QOES 143

* da lgreja 144
* do Fundador 146
* da Congregac.;:ao 148

180 181